

ESPERANÇA JANDIRA ALFREDO GOMES

**O PAPEL DE UMA ESTRATÉGIA DE
ECOTURISMO NO PARQUE NACIONAL DA
QUIÇAMA (ANGOLA)**

Orientador: Professora Doutora Ana Cristina Freitas Brasão

**Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologia
Escola de Ciências Económicas e das Organizações**

Lisboa

2022

ESPERANÇA JANDIRA ALFREDO GOMES

**O PAPEL DE UMA ESTRATÉGIA DE
ECOTURISMO NO PARQUE NACIONAL DA
QUIÇAMA (ANGOLA)**

Dissertação defendida em provas públicas para a obtenção do Grau de Mestre em Economia no curso Mestrado em Economia, conferido pela Universidade Lusófona da Humanidades e Tecnologias, no dia 04 de Novembro de 2022, perante o júri, com o Despacho de Nomeação Nº 299/2022, de 7 de outubro de 2022, com a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor António Augusto Teixeira da Costa;

Arguente: Prof. Doutor Miguel Nuno Vieira de Carvalho Abreu Varela;

Orientadora: Prof^a. Doutora Ana Cristina Freitas Brasão

Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologia

Escola de Ciências Económicas e das Organizações

Lisboa

2022

Dedicatória

Dedico esta Dissertação, aos meus Pais, pelo facto de acompanharem-me de maneira carinhosa e amável no decurso da formação académica, os conhecimentos da integridade da perseverança no meio de tamanhas vicissitudes vividas.

Esperança Jandira Alfredo Gomes

Agradecimento

Agradeço primeiramente a DEUS, por dar-me saúde e força de vontade para continuar com dedicação, pois sem ele nada sou, aos meus pais, Emília e Luís Manuel muito obrigada por tudo que fizeram por mim.

É muito difícil mencionar a todos a quem devo gratidão, mas todos são especiais que ajudaram na realização deste trabalho e estiveram ao meu lado sempre, pelo amor, carinho, coragem e força nos momentos difíceis.

Aos professores e em especial aos meus tutores, Prof. Dra. Ana Cristina Freitas Brasão e o Prof. Dr. Eduardo Moraes Sarmento, pela sabedoria e por partilharem as suas grandes experiências e conhecimentos para que chegasse aqui, e que este dia se tornasse possível.

Agradeço muito aos meus familiares e em especial ao meu tio Joaquim Manuel pela paciência e disponibilidade durante o processo da elaboração do trabalho. Aos meus amigos, meus colegas e todos que apoiaram.

A todos benfeitores pela colaboração de maneira direta e indireta com a sua contribuição, cuja presença e atenção foi fundamental para a elaboração da presente Dissertação, dentro e fora do âmbito académico.

Jamais hei de esquecer-me dos meus irmãos e o Bruno da cunha pelo incentivo e pelo apoio prestado. A todos aqueles que direta ou indiretamente, contribuíram para que este sonho tornasse realidade de forma exitosa.

Resumo

O Ecoturismo representa, conforme Wearing (2014), uma alternativa aos elevados efeitos negativos do turismo em massa, sobre a cultura local e o meio ambiente. É o segmento do turismo que mais cresce no mundo, como também o que mais busca preservar o património ambiental e o legado cultural. Em 2019, o MINAMB elaborou um “Projeto de estratégia nacional e plano de ação da biodiversidade” para cada setor, de forma a contribuir para a conservação da biodiversidade, e concretizar os objetivos nacionais em um período de 7 anos (2019-2025). O plano de ação para o setor do turístico é promover o Ecoturismo no Parque Nacional da Quiçama com vista a atingir o Desenvolvimento sustentável (MINAMB, 2019).

É uma das áreas de conservação que vem sofrendo pressões antrópicas das atividades económicas e deve ser planeada e administrada, tanto para conservar a biodiversidade do país, como também para se tornar um ponto de enfoque, para dar suporte à “Economia Nacional” apoiando o ecoturismo e o emprego a ele associado. No sentido mais amplo, a gestão do parque nacional da quiçama, exige ações mais rígidas, compreendendo o uso sustentável dos recursos naturais pela população local e a gestão, proteção e conservação dos seus ecossistemas. Neste sentido, o objetivo desta pesquisa consiste em desenvolver planos de ação de ecoturismo e verificar o seu potencial. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo. Para tanto, fundamentou-se em teorias que discutem os conceitos de Ecoturismo e Desenvolvimento sustentável. As bases metodológicas da dissertação sustentam-se na pesquisa qualitativa, delineada por métodos de pesquisa bibliográfica, fontes documentais entrevistas com fiscais, funcionários de hotelaria bem com o Administrador do Parque Nacional da Quiçama.

Conclui-se, que o parque é uma área com potencial e dotado de recursos naturais, mas, necessita de um Plano de gestão eficaz e de reestruturar toda a infraestrutura turística. A degradação da biodiversidade do Parque compromete os objetivos propostos nas diretrizes para uma política nacional do ecoturismo e consequentemente o desenvolvimento sustentável do parque.

Palavras-chave: Ecoturismo, Estratégia, Potencial turístico; Parque Nacional da Quiçama.

Abstract

Ecotourism represents, according to Wearing (2014), an alternative to the high negative effects of mass tourism on local culture and the environment, it is the fastest growing tourism segment in the world, as well as the one that most seeks to preserve environmental heritage. and cultural legacy. In 2019, MINAMB prepares a “Project for a national strategy and plan of action on biodiversity” for each sector, in order to contribute to the conservation of biodiversity, and to achieve the national objectives in a period of 7 years (2019-2025). The action plan for the tourism sector is to promote Ecotourism in the Quiçama National Park with a view to achieving sustainable development (MINAMB, 2019).

It is one of the conservation areas that has been suffering anthropic pressures from economic activities and must be planned and managed, both to conserve the country's biodiversity, as well as to become a focal point, to support the "National Economy" by supporting ecotourism. and the employment associated with it. In the broadest sense, the management of the Quiçama National Park requires stricter actions, including the sustainable use of natural resources by the local population and the management, protection and conservation of its ecosystems. In this sense, the objective of this research is to develop ecotourism action plans and verify its potential. This is an exploratory and descriptive research. Therefore, it was based on theories that discuss the concepts of Ecotourism and Sustainable Development. The methodological bases of the dissertation are supported by qualitative research, outlined by bibliographic research methods, documentary sources, interviews with inspectors, hotel workers and the Administrator of the Quiçama National Park.

It is concluded that the park is an area with potential and endowed with natural resources, but emerges from an effective management plan and restructuring all tourist infrastructure. The degradation of the Park's biodiversity compromises the objectives proposed in the guidelines for a national ecotourism policy and, consequently, the park's sustainable development.

Key word: Ecotourism, Strategy, Tourist Potential, Quiçama National Park.

Lista de abreviaturas

AEC	Área Especial de Conservação
BNA	Banco Nacional de Angola
BP	Banco de Portugal
FMI	Fundo Monetário Internacional
INBAC	Instituto Nacional da Biodiversidade e Áreas de Conservação
IDM	Índice de Desenvolvimento Humano
INE	Instituto Nacional de Estatística
MINAMB	Ministério do Ambiente
MINTUR	Ministério do Turismo
MINUA	Ministério do Urbanismo e Ambiente
ONG	Organização não-governamental
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PDTA	Plano Diretor do Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNQ	Parque Nacional da Quiçama
PRODESI	Programa de Apoio á Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
TIES	Sociedade Internacional do Turismo (The International Ecoturismo Society)
UCAN	Universidade Católica de Angola
WTTC	Conselho Mundial de viagens e Turismo (World Travel e Tourism Council)

Índice

Introdução	1
Capítulo I- Ecoturismo: contexto histórico e aspetos conceituais	6
1.1 Uma alternativa aos diferentes tipos de turismo.....	6
1.2 Conceito do Ecoturismo	8
1.3 Evolução e importância do ecoturismo no setor turístico	10
1.4 O plano de gestão e estratégia de Ecoturismo	13
1.5 Impactos do turismo	14
1.5.1 Impactos positivos:.....	15
1.5.2 Impactos negativos:.....	15
Capítulo II -Turismo internacional face à atual situação da pandemia Covid-19	17
2.1 Contexto económico mundial.....	17
2.2 Chegada de turistas por regiões de destino (2014-2020)	19
Capítulo III- O Turismo em Angola	20
3.1 As suas debilidades e potencialidades.....	20
3.2 Impacto da Covid -19 no Turismo em Angola.....	28
Capítulo IV- Apresentação do Estudo de Caso	30
4.1 Caracterização do Parque Nacional da Quiçama.....	30
4.2 Gestão do parque nacional.....	31
4.3 Caracterização Geográfica e Administrativa do Parque Nacional da Quiçama	32
4.4 Assentamentos humanos	35
4.5 Impacto do Ecoturismo para a economia local.....	36
4.6 Desenvolvimento sustentável e ecoturismo no Parque.....	37
4.7 Ambiente socioeconómico	38
4.7.1 Caracterização demográfica	38
4.7.2. Caracterização económica.....	41
4.7.2.1 Direito fundiário e uso dos recursos naturais	43
4.8 Ambiente Biofísico.....	44
4.8.1 Clima.....	44
4.9 Biodiversidade espécie de Flora e Fauna	45
4.9.1 Flora	45
4.9.2 Fauna.....	45

4.9.2.2 Avifauna.....	47
4.10 Ofertas turísticas no Parque.....	51
4.10.1 As zonas e seus usos.....	52
4.11 Infraestruturas.....	53
4.12 Educação local.....	54
4.13 Saúde	55
4.14 Principais problemas com que o parque se depara	55
4.14.1 Caça furtiva	55
4.14.2 A falta da vontade Política na Gestão do Parque Nacional da Quiçama.....	57
4.14.3 Empreendimentos ilegais imprevistos.....	57
4.14.4 Agricultura invasiva	58
4.15 Meio Paisagístico.....	58
Capítulo V: Metodologia e estudo de caso	65
5.1 Método da pesquisa.....	65
5.2 Técnicas de recolha de dados	65
5.3 Instrumento de recolha de dados	66
5.4 Estudo de caso.....	66
Conclusão	73
Recomendações	75
Referências bibliográficas	77
Apêndice	I

Índice de tabelas

Tabela 1: Chegada de Turistas por Regiões de Destino (2014-2020)	19
Tabela 2: Peso do Turismo nas Exportações Angolana (Valores em milhões de USD).....	25
Tabela 3: Chegadas Internacionais de Turistas e Receitas de Turismo em África e Angola.....	26
Tabela 4: Quadro de Pessoal	34
Tabela 5: Os Recentes Mamíferos Nativos do Passado e da Atualidade no Parque da Quiçama ..	46
Tabela 6: Espécies de aves endémicas encontradas no Parque Nacional da Quiçama e os seus habitats.....	48
Tabela 7: Anfíbios existentes no Parque Nacional Quiçama	48
Tabela 8: Répteis, já identificados, existentes no Parque Nacional Quiçama	49
Tabela 9: Resumo das características da zona.....	52
Tabela 10: Resumo de Impactos positivos e negativos do meio físico, biótico, percetivo e socioeconómico	54

Índice de figuras

Figura 1: O Turismo Alternativo	8
Figura 2: Contribuição do PIB Mundial (2019-2020).....	17
Figura 3: Contribuição Total de Viagens para o PIB (2019-2020).....	29
Figura 4: Organograma Parque Nacional da Quiçama.....	32
Figura 5: Mapa de Zoneamento da Quiçama	35
Figura 6: Distribuição da população residente por município (2014)	39
Figura 7: Densidade Populacional	40
Figura 8: Índice de Masculinidade por Municípios	40
Figura 9: Potencialidades Faunísticas do PNQ	51
Figura 10: Localização de campos de caça furtiva, encontradas em 2017 no PNQ	56
Figura 11: Centro e rotas de carne que os caçadores furtivos usam de modo a fornecer carne da Quiçama	56
Figura 12: Paisagem de costa na desembocadura do rio	60
Figura 13: Vista de um Mangue	61
Figura 14: Vista do Rio kwanza, no Parque Nacional da Quiçama	63
Figura 15: Vista do rio e planície de inundação do Parque da Quiçama	63
Figura 16: Análise interna.....	68
Figura 17: Análise externa	68

Índice de gráficos

Gráfico 1: Taxa de crescimento do PIB (2014-2020)	18
Gráfico 2: Contribuição direta do turismo angolano para o PIB (2017), em milhares USD.....	24
Gráfico 3: Despesas do Turismo em Angola (valores em milhões de USD)	24
Gráfico 4: Chegada de Turistas Internacionais em Angola (2018)	25
Gráfico 5: Chegada de Turistas Internacionais em Angola (2019).....	26
Gráfico 6: Evolução das Chegadas Internacionais em Angola (2006-2018)	27
Gráfico 7: Investimento Público e Privado no Turismo (2017).....	27
Gráfico 8: Principais Atividades Económicas	42

Introdução

O turismo é uma atividade com grande importância para a economia nacional e global.

As viagens já se tornaram uma parte inseparável da vida humana. Nem os problemas mundiais e globais, nem a ameaça do terrorismo, podem derrotar a paixão por viajar.

A indústria do turismo, como todos os outros setores da economia mundial, é um sistema complexo com entradas e saídas, cuja formação é significativamente influenciada pelo ambiente externo. Dada a influência significativa de fatores externos, em particular: a pandemia de COVID-19, o desenvolvimento acelerado das tecnologias da informação, mudanças nas condições climáticas de cada país, mudanças rápidas nos gostos dos turistas, e expansão da gama de serviços turísticos, é, cada vez mais difícil manter vantagens competitivas nos mercados doméstico e global de serviços turísticos e garantir o desenvolvimento da indústria do turismo do país (região) (Kock et al., 2020)

Em 2019, antes da interrupção das viagens pela pandemia, o setor das Viagens e do Turismo gerou quase US\$ 9,2 trilhões para a economia global. No entanto, em 2020, a pandemia paralisou quase totalmente o setor, causando uma queda maciça de 49,1%, representando uma perda severa de quase US\$ 4,5 trilhões (WTTC, 2020).

Segundo o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), as Viagens e Turismo podem crescer para US\$ 8,6 trilhões em 2022, apenas 6,4% abaixo dos níveis pré-pandemia. A contribuição para o PIB global pode retornar no corrente ano e milhões de empregos serão recuperados se os governos continuarem a remover as restrições às viagens (WTTC, 2021).

À medida que o mundo, finalmente, começa a recuperar da pandemia, a contribuição do setor tanto para a economia global quanto para o emprego pode chegar a níveis pré-pandemia este ano. Se o lançamento da vacina e do reforço continuar no ritmo que se tem acompanhado, e as restrições a viagens internacionais forem aliviadas em todo o mundo ao longo do ano, o setor poderá criar 58 milhões de empregos em 2022, para atingir mais de 330 milhões, apenas 1% abaixo dos níveis pré-pandemia e 21,5% acima de 2020 (WTTC, 2021).

O turismo é uma atividade que influencia a economia, o ambiente e a sociedade onde existe. Os impactos que dele advêm, muitos são positivos, contudo, impactos negativos também são identificados e não devem ser desconsiderados na ótica de uma boa gestão, tentando-se assim, mitigar ou eliminar os seus efeitos, com o objetivo de o fazer perdurar, com a qualidade desejada.

Atualmente deparamo-nos cada vez mais com graves problemas ao nível dos recursos naturais, pelo que a atividade turística, no segmento os produtos ecológicos poderão ter um papel fundamental em termos de sustentabilidade dos territórios.

Especialistas da OMT (organização mundial do turismo) apontam tendências como turismo doméstico, atividades ao ar livre, produtos baseados na natureza e turismo rural, entre as principais atividades que devem moldar o setor em 2022 (OMT, 2021).

Quando discutimos turismo, temos que referenciar como um fenómeno de cariz social, “porque empiricamente observável e social diz respeito ao homem em sociedade, dentro de um processo histórico” (Barreto, 2000, 85), integrando ciências humanas e exatas como a Economia, a Geografia, Sociologia, Antropologia, Psicologia, dentre outras.

O ecoturismo, considerado uma forma de turismo sustentável, que envolve todos os seus princípios, preocupações económicas, sociais, ambientais e os seus impactos, distingue-se, por ter produtos ligados à natureza; com mecanismos de gestão que garantam a minimização dos impactos; que fomentam a educação ambiental; que contribuem para a conservação das áreas protegidas e heranças culturais; que incluem as comunidades locais no seu planeamento e desenvolvimento, contribuindo para o seu bem-estar.

Desde a segunda metade do século XX, vem-se ampliando a discussão sobre a importância das áreas de conservação enquanto estratégia de preservação de ecossistemas representativos. A política que norteia a institucionalização dessas áreas fundamenta-se na premissa do desenvolvimento sustentável. A tentativa é conciliar o crescimento económico com a conservação dos recursos naturais por meio de espaços ambientalmente protegidos. Com a institucionalização, tais áreas passam a ter um plano de gestão elaborado de acordo com a realidade socioambiental e económica de cada área.

Todavia, o regulamento dos Parques Nacionais (Diploma Legislativo N, 22/72 de 22 de Fevereiro BO Iº serie N.44) na luz do seu artigo 1º define o Parque nacional da Quiçama como uma área sujeita a direção e fiscalização pública reservada para proteção e conservação e propaganda da vida animal selvagem e da vegetação espontânea, e ainda para a conservação dos objetos de interesse estético, geológico, pré-históricos, arqueológico ou outro interesse científico para criação do público. O artigo 29º do supracitado regulamento estipula que estão reservados os direitos legalmente adquiridos antes da publicação deste regulamento; nenhuma exploração agrícola, florestal, comercial, pecuária, mineira ou turística pode ser efetuada dentro dos limites do Parque Nacional sem autorização do presidente da república. Este regulamento está em vigor, mas infelizmente não é aplicado em muitas áreas de conservação.

O Parque Nacional da Quiçama é uma das 13 áreas de conservação atuais da República de Angola localizado no município da Quiçama na província de Luanda, a uma distância de 70 km a sul da capital angolana, com uma superfície de 9,960 km².

O Parque possui recursos naturais atrativos, que pode torná-lo num potencial turístico de excelência, faltando para o efeito, as infraestruturas de apoio turístico, equipamentos e serviços turísticos de qualidade bem como, o pessoal capacitado.

Esta dissertação tem em atenção o papel de uma estratégia de Ecoturismo para o Parque e a comunidade local, tanto a sua melhor qualidade de vida, como as suas representações comparativas do tradicional e do moderno.

Observa-se que, por vezes, no ecoturismo existe um hiato entre o que a definição estabelece e como o conceito é compreendido pelo senso comum. Em diversos casos, operadores turísticos e turistas têm uma maneira de ver limitativa do que este tipo de turismo significa em termos das suas potencialidades e de que forma e onde pode ser praticado, o que vai diferenciá-lo do turismo tradicional com benefícios mútuos tanto para quem pratica, como para quem promove.

No primeiro capítulo **(1)**, apresentamos as referências teóricas essenciais para esta temática. Identificaremos as referências que nos mobilizaram para esta investigação. Duma forma mais concisa, apresentaremos a descrição de termos e conceitos relativamente a: O que é o turismo e o ecoturismo no contexto global, continental e nacional: Os seus impactos positivos e negativos. No segundo capítulo **(2)**, abordamos os resultados do impacto face a atual situação de pandemia COVID-19 na economia mundial. Já no terceiro capítulo **(3)**, iremos referir o turismo em Angola: As suas debilidades e potencialidades. No capítulo quatro **(4)**: O Parque da Quiçama, caracterização da região onde se integra (é uma zona de desenvolvimento turístico), caracterização do parque: dimensão, localização, etc. Os potenciais económicos e ecoturísticos do parque. No capítulo quinto **(5)**, analisamos a metodologia, análise e interpretação dos resultados.

No final tiramos algumas conclusões e apresentamos algumas recomendações.

Formulação do problema da dissertação

Formular o problema consiste em dizer, de maneira explícita, clara, compreensível e operacional, qual a dificuldade com a qual nos defrontamos e que pretendemos resolver. Desta forma, o objetivo da formulação do problema da pesquisa é torná-lo individualizado, específico, inconfundível (Marconi & Lakatos, 2010, 139).

A formulação associada a esta investigação remete-se essencialmente para questões relacionadas com o papel de uma estratégia no ecoturismo no Parque Nacional da Quiçama

Face ao exposto, viu-se a necessidade de responder às seguintes perguntas de partida:

1. Como está atualmente estruturado o Parque Nacional da Quiçama do ponto de vista administrativo?
2. Quais os pontos fortes e fracos em termo de gestão ecoturística, do Parque Nacional da Quiçama?
3. O que se pode potenciar no Parque Nacional da Quiçama para aumentar o alojamento aos turistas e captar a população local para a sua gestão?
4. Será que se pode potenciar uma estratégia de Ecoturismo no Parque da Quiçama?
5. Quais são as preocupações socioambientais do Parque?

Objetivo Geral

Como referido acima, o objetivo geral resulta das perguntas de partida estabelecidas. Desta forma, pode-se dizer que esta pesquisa tem como objetivo geral:

- Verificar o potencial ambiental e turístico do Parque;
- Desenvolver um plano de ações sustentáveis do ecoturismo para os próximos 5 anos.

Objetivos Específicos

Os objetivos específicos apresentam objetivos mais que concretos. Tem funções intermediárias e instrumentais, permitindo, de um lado, atingir o objetivo geral, de outro, aplicar a estas situações particulares (Marconi & Lakato, 2010, 202). Assim sendo surgem os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Analisar o impacto socioeconómico do Parque para o rendimento local das comunidades;
- ✓ Examinar o impacto do Parque na vida cotidiana dos residentes locais e da região;
- ✓ Aferir, como são geridas as receitas arrecadadas pelo Parque.

O tema foi escolhido, com interesse de desenvolver pesquisas numa área pouco investigada em Angola, capaz de trazer novos enfoques e soluções e atender as necessidades do país em geral.

A principal fonte de receita do PIB Angolano tem sido o petróleo, e olhando para um modelo económico angolano a longo prazo, o petróleo, por se tratar de um recurso não renovável sofre diminuição de reservas, e, ao longo do seu tempo, torna-se escasso. Neste sentido, houve a necessidade de focar os estudos na área do turismo ambiente para a diversificação do desenvolvimento económico, até porque esta intenção é mesmo um desafio das autoridades nacionais angolanas.

A escolha deste Parque justifica-se pelo fato de este território ser um potencial turístico dotado de recursos naturais, culturais e paisagísticos que têm levado a que se afirme a nível nacional e internacional em áreas como o turismo de ambiente, o turismo cultural ou paisagístico. “Ecoturismo” poderá ser um segmento turístico que preenche, ao mesmo tempo, o respeito pelos territórios e as suas populações, em um patamar de sustentabilidade que deve atravessar todo o binómio “Procura- Oferta” turística.

O Parque Nacional da Quiçama é uma fonte de receita adormecida, cujas potencialidades podem alavancar o crescimento local. Pretende-se que a presente pesquisa, possibilite demonstrar que o desenvolvimento económico não é viável sem uma base sustentável dos processos naturais que geram serviços ecos sistémicos, já que, em Angola emerge a necessidade de estudos e de uma geração de conhecimentos que possa contribuir para a evolução da área do turismo sustentável.

Capítulo I- Ecoturismo: contexto histórico e aspetos conceituais

A indústria do turismo de cada país estava em busca de novas áreas que apresentassem uma vantagem competitiva e novos ângulos para serem comercializados. O ecoturismo surge, portanto, incorporado à preservação da cultura, da história e dos recursos naturais, ou seja, preservação de um património histórico. Discutiremos neste capítulo, os seus aspetos históricos a partir do turismo como atividade económica importante na geração de emprego e renda, que, no entanto, traz consigo sérios impactos negativos, assim como, as demais atividades produtivas que ignorem historicamente as consequências do uso inadequado dos recursos naturais.

Abordaremos também, conceitos do ecoturismo definidos por alguns autores, como atividade fundamentada na natureza e cultura local, para em seguida correlacionar o segmento com o ideário do desenvolvimento sustentável.

1.1 Uma alternativa aos diferentes tipos de turismo

O turismo exige uma discussão ampla sobre o modelo de desenvolvimento. Essa discussão envolve questões como a cidadania, o meio ambiente, a ética, a sustentabilidade, o desenvolvimento económico e a necessidade de uma inclusão maciça de todas as pessoas intervenientes no processo.

O turismo é um fenómeno (cultural, social e económico) que tem tido um rápido crescimento desde meados do século XX, oferecendo tanto vantagens como desafios e dificuldades para os países recetores. Com o agravamento dessas dificuldades, como são exemplo a sobrelotação e a poluição, surgiu a necessidade de atenuar o impacto da atividade turística, com base no princípio do desenvolvimento sustentável do turismo, abordagem que procura a diminuição dos impactos negativos do turismo e o aumento dos seus benefícios (Tahiri & Kovaci, 2017).

No que concerne aos impactos exclusivamente ambientais, a preocupação com o planeta tem vindo a aumentar, sendo o turismo um dos setores mais criticados pela sua utilização excessiva e indiscriminada do ambiente. Muitas das suas atividades são compatíveis com a sua realização em áreas naturais, como é o exemplo do **Ecoturismo**, o Turismo de Aventura, de Trilhas e do Montanhismo, havendo cada vez mais a tendência para o turista querer ter experiências onde possa “viver a natureza” (Ferreti, 2002).

Deste modo, com a contínua expansão do turismo, é cada vez mais importante o surgimento de alternativas ao turismo de massas que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

Um setor que procura contribuir para esse desenvolvimento e que se encontra cada vez mais em voga é o **Ecoturismo**. Este segmento turístico é baseado nos princípios fundamentais do turismo sustentável, seguindo princípios e valores como: a preservação da natureza, o respeito pelas tradições e costumes locais, o interesse na história e cultura do destino, o incentivo à comunicação intercultural, o auxílio à economia local pela escolha de produtos e negócios locais, o interesse por eventos ambientais e a redução do uso de recursos não renováveis (Barkauskiene & Snieska, 2013).

De acordo com Wearing, o termo em si, conforme estabelece a literatura atualmente foi utilizado inicialmente pelo arquiteto mexicano Hector Ceballos-Luscurain em 1981, primeiramente como turismo ecológico e em seguida já no ano de 1983 o termo ecoturismo foi utilizado em diversas palestras como presidente da PROMATURA e também membro do ministério do desenvolvimento Urbano e ecologia do México. (Wearing, 2014).

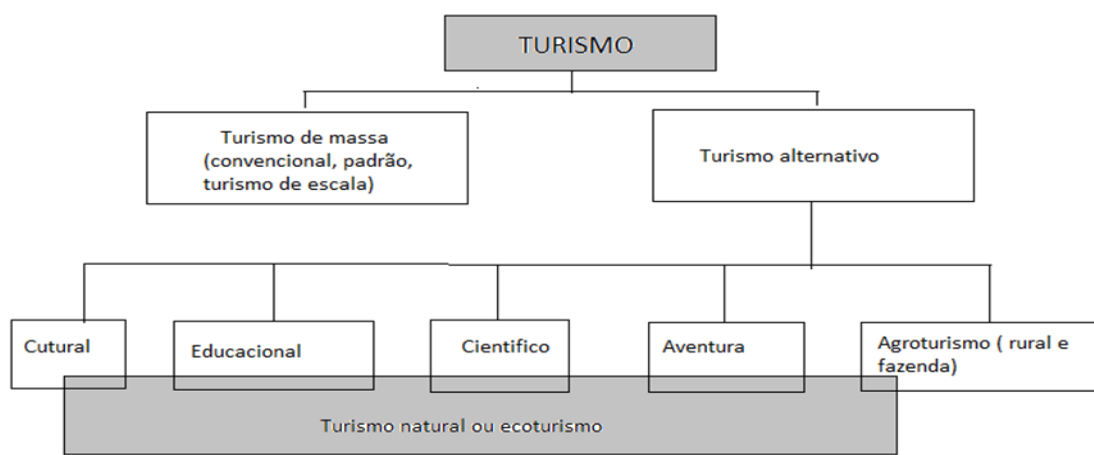
Pires (2011) afirma, no entanto, que, para o criador da expressão, a sua assimilação não se deu de imediato, sendo necessários vários anos para a divulgação e maturação desse novo conceito, o que ocorreu somente na chegada dos anos 90, quando logrou maior receptividade nas organizações e entidades que se encontravam à frente do ambientalismo, porque já embutia, no conceito que passou a acompanhá-lo a partir de 1991, a ética conservacionista defendida por todas elas. (...) o termo constituiu-se numa forma telegráfica de expressar conjuntamente a ideia de turismo associada com a de ecologia.

Ao lembrar os termos que remetem à ideia de ecoturismo, utilizados desde a década de 1970, que relacionam o ecoturismo ao ambientalismo, Pires (2011) listou “turismo ecológico”, “turismo verde”, “turismo de natureza”, “turismo de descoberta”, “turismo suave”, “turismo responsável”, “turismo de aventura”, “turismo participativo”, e, o próprio “ecoturismo”. O autor afirma que o conceito ainda não é consensual e universalmente aceito entre os diversos sectores que utilizam essas expressões, como os governos, as empresas, o meio académico e a sociedade civil organizada.

No entanto, esclarece que os termos utilizados possuem premissas em comum, que se relacionam com a melhoria da qualidade da vida das comunidades receptoras, da utilização sustentável dos recursos naturais e da sensibilização sobre as questões relativas à proteção ambiental.

Como o turismo alternativo, significa oposto ao convencional, o contrário do que está em prática, por esta ótica o ecoturismo é um contraponto ao turismo em massa, em todas as suas magnitudes e extensões, é assim, contrário aos aspetos negativos tanto ao meio ambiente quanto à cultura local, caracteriza-se pela tentativa de minimizar o visível impacto ambiental e sociocultural negativo das pessoas em férias, promovendo uma abordagem radicalmente diferentes ao turismo convencional. (Wearing et al, 2014, 2)

Figura 1: O Turismo Alternativo



Fonte: Wearing apud Mieczkowski (1995, 459)

Diante das características mencionadas acima, podemos considerar o ecoturismo como uma forma de turismo alternativo. Em termos mais simples, o ecoturismo pode ser geralmente descrito como um turismo interpretativo, de mínimo impacto, discreto, em que se busca a conservação, o entendimento e a apreciação do meio ambiente e das culturas visitadas. Trata-se de uma área especializada do turismo que inclui viagens para áreas naturais, ou áreas onde a presença humana é mínima, em que o ecoturista envolvido na experiência externa tem uma motivação explícita de satisfazer sua necessidade por educação e consciência ambiental, social e ou / cultural por meio de visita à área e vivência nela.

1.2 Conceito do Ecoturismo

Embora seja representativa a participação do turismo na economia mundial, são também consideráveis os impactos negativos desta atividade, conforme demonstrado no

decorrer do trabalho. Neste sentido, o turismo ecológico ou ecoturismo representa uma alternativa à prática turística com menos impactos ao meio ambiente e a cultura local.

Assim como as demais atividades económicas da sociedade pós-moderna, o turismo sofre também, com a atividade produtiva, inovações constantes e continuas, muitas delas em razão do surgimento de novas procuras e pela difusão do conhecimento, deixando de ser generalista para segmentação.

O processo de segmentação do turismo disponibiliza aos seus consumidores (turistas), diversas opções, turismo cultural, turismo esportivo, turismo náutico e ecoturismo (Brasil, 1994).

O ecoturismo tornou-se uma importante atividade económica em áreas naturais em todo o mundo, proporcionando oportunidades para os visitantes vivenciarem pujantes manifestações da natureza e da cultura, e aprenderem da importância da conservação da biodiversidade e das culturas locais. Ao mesmo tempo, o ecoturismo gera renda para a conservação e benefícios para as comunidades que habitam áreas rurais e remotas.

Wearing (2014), define o ecoturismo como uma alternativa aos crescentes efeitos negativos impostos pelo turismo em massa, tanto na cultura local quanto ao meio ambiente. Para o autor, o ecoturismo seria uma espécie de turismo comedido, com impactos mínimos sobre o meio ambiente e cultura local, sendo desta maneira, considerado como um turismo alternativo.

Segundo Martha Honey Drumm (2013), citado por Drumm & Moore (2003,15) “define ecoturismo como a viagem para áreas geralmente protegidas, frágeis e intocadas, (geralmente) em pequena escala e que busca causar baixo impacto. Ajuda a educar o viajante, proporciona recursos para a conservação, beneficia diretamente o desenvolvimento económico e o poder político das comunidades locais, e estimula o respeito por culturas diferentes e pelos direitos.”

A Sociedade Internacional de Ecoturismo (The internacional Ecotourism Society-TIES) define o Ecoturismo como a viagem responsável para áreas naturais que conservem o meio ambiente e promovam o bem-estar da população local (Drumm & Moore, 2003,3).

As características do ecoturismo o tornam um instrumento valioso para a conservação. Sua implementação pode:

- Agregar valor económico a serviços do ecossistema que as áreas protegidas proporcionam;
- Gerar renda direta para a conservação de áreas protegidas;

- Gerar renda direta para os princípios interessados locais, criando incentivos para a conservação em comunidades locais;
- Criar grupos de apoio para a conservação nos planos local, nacional e internacional;
- Promover o uso sustentável dos recursos naturais; e
- Reduzir as ameaças à biodiversidade. (Drumm & Moore, 2003)

O ecoturismo está a desenvolver-se, e conseqüentemente verifica-se uma explosão de visitação em áreas naturais, o que, em muitos casos, causa o desgaste dos valores que tornam tais áreas atrativas. Graças ao seu valor ecológico, as áreas protegidas, especialmente aquelas situadas nas regiões tropicais e em países em desenvolvimento, guardam muitos dos maiores atrativos do ecoturismo mundial. Esses atrativos podem se constituir apenas uma, ou de uma combinação de espécies endêmicas raras da flora ou fauna, de altos índices de espécies ou de manifestações culturais históricas ou atuais singulares e vistas em seu contexto atual. (Drumm & Moore, 2003).

1.3 Evolução e importância do ecoturismo no setor turístico

O turismo ambiental ou Ecoturismo tem uma história que continua a evoluir à medida que mais países incorporam as viagens de forma sustentável no seu planejamento econômico e ambiental.

Este segmento da atividade turística, utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar. Embora se tenha tornado num termo oficial em 1982, tendo sido registado pela primeira vez no dicionário inglês de Oxford, o ecoturismo ganhou força na década de 1990 com o reconhecimento da necessidade de se olhar para o planeta terra com uma consciência ambiental.

A organização mundial do turismo (OMT) declarou 2017 como o ano internacional do turismo sustentável (Ecoturismo). A meta é ampliar a compreensão e conscientização sobre a importância do turismo na distribuição da riqueza proporcionada pelas viagens. O potencial do turismo para o desenvolvimento sustentável é reconhecido pela organização das nações unidas (ONU) como um dos principais setores de geração de emprego do mundo. A atividade oferece oportunidades de subsistência, ajuda a reduzir a pobreza e direciona as atividades produtivas para o desenvolvimento e inclusão social. (Matogrosso do Sul, Brasil, 2017)

Nos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável definidos pelas Nações Unidas o turismo foi inserido em três deles:

- 8º) Promover o crescimento económico sustentável e inclusivo, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- 12º) Consumo e produção sustentável;
- 14) Conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e fontes marinhas para o desenvolvimento sustentável.

O ano de 2002 foi declarado pela ONU (Organização das Nações Unidas), o ano do ecoturismo. No âmbito deste ano, a OMT (Organização Mundial do Turismo) realizou uma ampla gama de atividades, incluindo a organização de conferências regionais e a **Cúpula Mundial do Québec Ecoturismo**, e publicou diretrizes e metodologias para o desenvolvimento do ecoturismo e estudos de mercado, bem como apoiaram atividades regionais e nacionais. Um dos exemplos foi a Unidade de Consultoria da OMT (Organização Mundial do Turismo) que também forneceu insumos para questões transversais, como eficiência energética, segurança turística e mudanças climáticas. Esses setores têm impacto direto no turismo e vice-versa (OMT, 2021).

Em 2009, o "Programa de Eficiência Energética em Kho Khao" (PEEK) foi lançado pela Unidade de Consultoria na Tailândia para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, com estes esforços realizados, o ecoturismo tornou-se numa indústria avaliada em mais de 260 mil milhões de dólares, com uma taxa de crescimento de 65% de 2009 a 2013. A sua taxa de crescimento anual é de 15% a 25%, enquanto o turismo convencional cresce anualmente 7,5%, com a pandemia em 2020 e a paralisação de vários setores da economia, o setor turístico foi um dos mais afetados, com uma perda de cerca de 2 triliões de dólares no ano de 2021, segundo dados da OMT (OMT, 2021).

A oferta turística do segmento, além dos serviços comuns de hospedagem, transporte, alimentação, entretenimento, agenciamento, receção, guiamento e condução, inclui também atividades na natureza que o caracterizam e permitem a integração do turista com o ambiente natural da população.

De acordo com a definição da Organização Mundial do Turismo (OMT), o **ecoturismo** refere-se a formas de turismo que têm as seguintes características (OMT, 2021):

1. Todas as formas de turismo baseadas na natureza em que a principal motivação dos turistas é a observação e valorização da natureza, bem como as culturas tradicionais predominantes em áreas naturais.
2. Contém características educacionais e de interpretação.

3. É geralmente, mas não exclusivamente organizado por operadores turísticos especializados para pequenos grupos. Os parceiros de prestadores de serviços nos destinos tendem a ser pequenas empresas de propriedade local.

4. Minimiza impactos negativos sobre o ambiente natural e sociocultural.

5. Apoia a manutenção de áreas naturais que são utilizadas como atrações do ecoturismo por:

- Geração de benefícios económicos para comunidades de acolhimento, organizações e autoridades que gerenciam áreas naturais com fins de conservação;
- Fornecer oportunidades alternativas de emprego e renda para as comunidades locais;
- Conscientização crescente para a conservação de bens naturais e culturais, tanto entre moradores quanto aos turistas.

Este segmento do turismo é caracterizado pelo contacto com ambientes naturais, pela realização de atividades que possam proporcionar a vivência e o conhecimento da natureza e pela proteção das áreas onde ocorre. Ou seja, assenta sobre o tripé: interpretação, conservação e sustentabilidade. Assim, o ecoturismo pode ser entendido como as atividades turísticas baseadas na relação sustentável com a natureza, comprometidas com a conservação e a educação ambiental.

Deste modo, o Ecoturismo está diretamente relacionado com o conceito de turismo sustentável, que relaciona as necessidades dos turistas e das regiões recetoras, protegendo e fortalecendo oportunidades para o futuro. Contempla a gestão dos recursos económicos e sociais e necessidades estéticas, mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte à vida. É uma importante ferramenta de inserção da comunidade local, com grande potencial na geração de renda.

O maior desafio das políticas públicas para o turismo é fazer com que os setores públicos e privados compreendam o turismo como uma atividade económica capaz de alavancar o desenvolvimento dos municípios. O respeito sempre será a base de todas estas práticas e cada vez mais a natureza pode contar com o apoio da sociedade e dos órgãos competentes.

O ecoturismo surgiu para oferecer uma opção de desenvolvimento sustentável a países, regiões e comunidades locais, proporcionando um incentivo para conservar e administrar as regiões naturais e a fauna selvagem e, em consequência, a crucial

biodiversidade da vida. O ecoturismo pode ser uma alternativa à extração voraz de recursos florestais e minerais, além de poder gerar as divisas necessárias, trazendo receitas para administrar adequadamente as áreas de proteção. (Wearing&Neil, 2001, 4).

Para que o incentivo relativo à conservação funcionasse, seria essencial que as comunidades locais afetadas pelo processo fossem recetoras dos benefícios. Porém, mais do que ser simplesmente um incentivo para manter florestas com vida e manter longe dos recifes, a pesca com dinamite, muitos consideram que esse tipo de turismo podia realmente favorecer uma ética ambiental por meio de tanto da prática quanto da boa interpretação. Por isso, o ecoturismo revela ser também uma ferramenta importante e eficaz para capacitar as comunidades locais ao redor do mundo a alcançar o desenvolvimento sustentável e além disso, incentivar as práticas sustentáveis nos demais segmentos da indústria do turismo.

1.4 O plano de gestão e estratégia de Ecoturismo

Há, portanto, necessidade de formular e implementar estratégias de planeamento adequados para assegurar que a expansão futura do ecoturismo aconteça de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável.

Um **plano de gestão de ecoturismo** é uma ferramenta que orienta o desenvolvimento do turismo em uma área protegida, pois sintetiza e representa a visão de todas as pessoas interessadas no sucesso do projeto, ao mesmo tempo em que alcança os objetivos de conservação para o sítio. O resultado deve estar contido em um documento, com a opinião dos interessados, com suas orientações a respeito de como o ecoturismo deve ser implementado em uma área protegida específica (Drumm & Moore, 2003,62).

O plano de gestão definirá os objetivos de gestão específicos da área e o esquema de zoneamento, bem como as estratégias, os programas e as atividades para se atingir esses objetivos. Em alguns países os planos de gestão têm força de lei ou de atos ministeriais, em outros, são aprovados com menos rigor, e os gestores de áreas protegidas têm mais liberdade para aplicá-los.

Os gestores das áreas protegidas, portanto, estão enfrentando o desafio de controlar e limitar os impactos do turismo ecológico descontrolado e, ao mesmo tempo, decidir onde e como planejar adequadamente o desenvolvimento do ecoturismo como uma opção compatível de desenvolvimento económico.

Os operadores de turismo voltado à natureza têm implementado suas iniciativas com um entendimento incompleto a respeito das questões referentes a conservação e, conseqüentemente, vêm operando de maneira insustentável (Drumm & Moore, 2003,4).

Reconhece-se que, para que o ecoturismo tenha êxito, os conservacionistas necessitam de um maior entendimento a respeito dos aspectos económicos, da mesma forma, os empreendedores precisam ter mais conhecimentos a respeito dos mecanismos de gestão para assegurar a sustentabilidade da atividade. Combinar ambas a perspectiva é essencial para o êxito de um programa de ecoturismo.

Muitos planos de gestão têm sido preparados ao longo dos anos e muito se aprendeu sobre a forma de desenvolvê-los. Algumas das principais lições aprendidas são:

- Áreas protegidas devem ser planeadas como a parte integral do desenvolvimento da região e do país onde estão localizadas.
- Os objetivos de gestão devem orientar o planeamento em todos os níveis.
- O melhor planeamento é conduzido por uma equipe integrada por representantes de áreas protegidas e instituições diferentes e com vários pontos de vista. As organizações comunitárias locais, as operadoras do turismo e os governos devem estar representados na equipe de planeamento de processos. Alguns desses representantes podem também estar em uma posição ideal para fornecer alojamento, transporte ou até mesmo apoio económico para a equipe de planeamento.
- A interação efetiva desses indivíduos cria uma situação de sinergia na qual o todo se torna maior que a soma das partes.
- Um bom planeamento depende da **participação efetiva** dos principais interessados. Com relação a um plano geral de ecoturismo, esses interessados são todas as pessoas e instituições que se envolverão na implementação do programa de ecoturismo na área protegida ou em outra área natural (Drumm e Moore, 2003)

1.5 Impactos do turismo

O turismo tem um enorme impacto económico, ambiental e sociocultural no mundo moderno. Desse modo a aposta no turismo como opção de desenvolvimento precisa ser feita após serem considerados todos os fatores, relacionados com os impactos que irá causar nos recursos que utiliza. Os impactos quer sejam eles positivos ou negativos (económicos, socioculturais ou ambientais) devem ser considerados na sua gestão (Cooper et al., 1993).

1.5.1 Impactos positivos:

A atividade turística gera benefícios para os destinos turísticos, respetivas comunidades e para os países promotores, podendo-se identificar nas várias dimensões o seu contributo (Cooper et al., 1993).

São identificados como **impactos económicos** positivos, a criação de emprego, a expansão do sector da construção, a geração de postos de trabalho, a estimulação ao investimento, assim como a criação de valor ambiental e cultural.

Como **impactos socioculturais** positivos identificam a valorização e preservação do património local, o melhoramento de infraestruturas e acessos, o desenvolvimento e comércio do artesanato local, a consciencialização de outras formas e estilos de vida, a valorização da herança cultural, estímulo de folclore; criação de museus e a formação dos colaboradores.

Como **impactos ambientais** positivos são identificados incentivos à proteção e conservação da natureza, a valorização do local, a consciencialização do valor dos recursos naturais, a promoção das riquezas naturais e a maior atratividade dos destinos turísticos.

1.5.2 Impactos negativos:

Ao turismo, tal como são identificados impactos positivos, do mesmo modo são identificados impactos negativos (Cooper et al., 1993).

São identificados como **impactos económicos** negativos, a dependência económica do turismo, a inflação, provocada pelo aumento de bens e serviços básicos provocados pela atividade turística, que pode conduzir ao aumento dos preços afetando negativamente os residentes locais, pois, os visitantes estão dispostos a pagar o investimento em infraestruturas que são usadas apenas parte do ano, a especulação imobiliária, o turismo fechado no qual a oferta de pacotes turísticos com tudo incluído leva a que as comunidades locais não beneficiem.

Como **impactos socioculturais** negativos, identificam as mudanças nas formas e estilos de vida, a degradação da religião e da cultura, a pressão sobre o artesanato local e a alteração de artes tradicionais, a construção de edifícios fora da arquitetura local e a perda de dignidade ao procurar servir os turistas.

Como **impactos ambientais** negativos são identificados, a destruição e perda de biodiversidade, a perturbação de habitats naturais, a poluição (águas subterrâneas e

superficiais, ar e ruído), a compactação do solo e consequente aumento do escoamento superficial e erosão, a alteração da paisagem natural, a produção de resíduos, a alteração do uso do solo e a sua degradação (densificação urbana habitacional) e o aumento de veículos e degradação de vias de acesso devido ao tráfego.

Dos impactos mencionados percebe-se que o turismo é uma atividade que influencia a economia, o ambiente e a sociedade onde existe, os impactos que dele advém, muitos são positivos, contudo, impactos negativos também são identificados e não devem ser desconsiderados na ótica de uma boa gestão, tentando-se assim, mitigar ou eliminar os seus efeitos, com o objetivo de o fazer perdurar, com a qualidade desejada.

Na visão de Dall' Agnoll (2012), os impactos negativos, estão relacionados com efeitos de aculturação e imitação, tendo em vista, a exposição que a comunidade local fica em relação a cultura, gostos e hábitos introduzidos pelo turista, outro efeito negativo seria as trocas urbanísticas, meio ambiente e arquitetónicos que influenciam e modificam a demografia do local, estão também ligados a instabilidade dos mercados recetor por motivos políticos e sociais e podem ser também de natureza sanitária e higiénica.

Capítulo II -Turismo internacional face à atual situação da pandemia Covid-19

Este capítulo reflete uma breve abordagem do contexto económico mundial, o forte impacto do turismo internacional face a situação da pandemia da COVID-19 no abrandamento da globalidade das economias, com um efeito especialmente negativo no setor do turismo no ano de 2020.

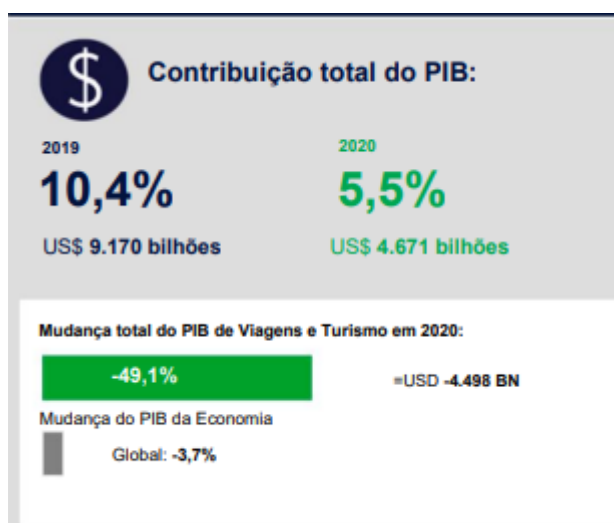
2.1 Contexto económico mundial

A economia mundial, ainda às voltas com a pandemia e a invasão da Ucrânia pela Rússia, enfrenta um panorama cada vez mais sombrio e incerto.

Segundo o World Travel & Tourism Council (2021), em 2019, o setor contribuiu com 10.4% (9.170 bilhões de dólares) para o PIB mundial. Com o surgimento da pandemia covid-19 em 2020, afetou significativamente a economia mundial contribuindo total do PIB 5,5% (4.671 bilhões de dólares).

Dadas as restrições impostas pelos governos, afetou grande parte das empresas, como consequência, perdeu-se 62, milhões de empregos, deixando cerca de 272 milhões de empregos (OMT, 2021).

Figura 2: Contribuição do PIB Mundial (2019-2020)



Fonte: (WTTC, 2021)

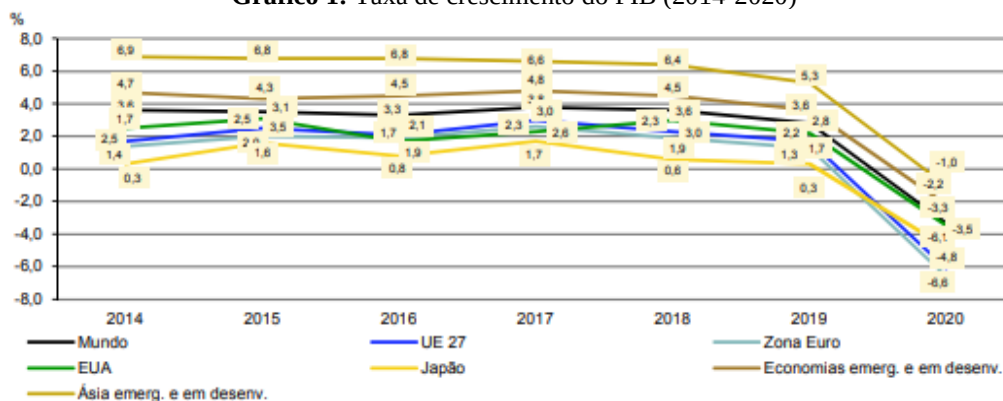
Os resultados divulgados pelo FMI, em abril de 2021, indicam uma contração do PIB em 2020 (-3,3%, após +2,8% em 2019). Esta redução observou-se quer no conjunto das economias mais desenvolvidas (-4,7%, -3,1p.p.) quer nas economias emergentes e em desenvolvimento (-2,2%, -5,8 p.p.) (FMI, 2021).

Analisando a evolução do PIB das principais economias mundiais desenvolvidas (Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá, Japão e EUA), todos os países registam variações negativas no PIB em 2020 (entre -3%, -11%). O Reino Unido obteve o pior desempenho (-10,5%, - 11,8 p.p. face a 2019) e a menor redução foi dos EUA (-3,3%, -2,1 p.p. face ano anterior).

No conjunto de países da União europeia (EU 27), o PIB também decresceu face ao ano anterior (-6,1%, -7,8 p.p.). As reduções mais visíveis ocorreram em Espanha (-11,0%, - 13,0 p.p.), Suécia (-9,9%, -11,3 p.p.), Itália (-8,9%, -9,2% p.p.), Grécia e França (ambas com -8,2%, -10,1% p.p. e -9,7 p.p., respetivamente)), Portugal (-7,6%, -10,1 p.p.) e Malta (-7,0%, - 12,5 p.p.). Na Zona Euro, a redução do PIB foi superior à da EU (-6,6%, -7,9 p.p. face a 2019).

As economias da Ásia emergente e em desenvolvimento, que nos últimos anos vinham registando o maior crescimento, apresentam igualmente uma evolução negativa do PIB (-1,0%, -6,3 p.p.), embora de forma não tão intensa como as restantes economias. O Bangladesh (+3,8%), Mianmar (+3,2%, -3,6 p.p.) e o Vietname (+2,9%, -4,1 p.p.) registaram os crescimentos mais expressivos embora inferiores aos do ano anterior. O PIB da China evoluiu positivamente (+2,3%, -3,5 p.p.), mas em desaceleração. Por oposição, as Maldivas (-32,2%, -39,2 p.p.) e as ilhas Fiji (-19,0%, -18,6 p.p.) registaram as maiores reduções do PIB face a 2019.

Gráfico 1: Taxa de crescimento do PIB (2014-2020)



Fonte: FMI-World Economic Outlook Update (2021)

2.2 Chegada de turistas por regiões de destino (2014-2020)

A Europa acolheu maior número de turistas (231,8 milhões, peso de 58,8% no total) apesar da redução significativa de 68,9% face a 2019. Seguiu-se o continente americano com 68,3 milhões de turistas (-68.8%, peso de 17,3%) tendo ultrapassado a região da Ásia e pacífico que concentrou 57,1 milhões de turistas (-84,2%) com uma representatividade de 14,5%. África concentrou apenas 4,7 milhões das chegadas (-73,7%) e por último, surge o Médio Oriente com um peso de 4,6% do total de chegadas (- 74,0% face a 2019).

Tabela 1: Chegada de Turistas por Regiões de Destino (2014-2020)

Região	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 Po
Mundo	1 138,5	1 195,0	1 240,9	1 333,0	1 413,0	1 466,0	394,0
Europa	576,2	604,5	619,7	676,6	716,0	746,3	231,8
Ásia e Pacífico	269,5	284,6	306,6	324,1	346,5	360,4	57,1
Américas	181,9	194,1	201,3	210,9	216,0	219,3	68,3
África	55,0	53,5	57,8	63,3	68,7	70,0	18,4
Médio Oriente	55,9	58,3	55,5	57,7	65,5	70,0	18,2

Fonte: UNWTO- Barómetro do Turismo Mundial (2021)

Capítulo III- O Turismo em Angola

Este capítulo pretende analisar os principais pontos fortes e fracos de Angola e verificar igualmente os desafios políticos e económicos com que o país se tem deparado.

3.1 As suas debilidades e potencialidades

O conflito armado em Angola devastou as infraestruturas económicas, sociais e turísticas do país, deixando assim a solução a implementação ecoturística somente após sua reconstrução.

No estudo realizado por Simonsen (2013, 43), o autor diz que “É de considerar que a degradação do ambiente em Angola, como em qualquer outro país representa uma das principais pobreza, havendo mais causas sociais na origem de muitos problemas identificados. Angola apresenta algumas situações que merecem a preocupação no domínio ambiental, nomeadamente, a exploração mineira e especificamente, dos diamantes, da poluição marítima, da exploração pesqueira ou da ação da guerra”.

De acordo com Malebo (2018, 87) em sua dissertação “Os setores que os inquiridos consideram prioritários a desenvolver em Angola são a agricultura, pecuária e florestas, a indústria transformadora e o turismo.

Hoje, o papel da indústria do turismo na economia de cada país está crescendo. Isso é confirmado por estudos que mostram que os problemas de desenvolvimento do turismo internacional e doméstico vêm recebendo atenção crescente de cientistas e profissionais, bem como de várias organizações internacionais que estão diretas ou indiretamente envolvidas na formação e apoio desta indústria. Um aspeto fundamental da formação e desenvolvimento da indústria do turismo de cada país é o seu potencial turístico. A razão é que na indústria do turismo existe uma estreita cooperação entre diferentes entidades económicas, regiões, países, o que exige o estudo de novas questões no âmbito da cooperação, tendo em conta as esferapolítica, económica, cultural e social. Eles são considerados como os elementos do potencial turístico (Androniceanu & Tvaronavičienė, 2019).

A criação da ANGOTUR, LDA no ano de 1988, a primeira empresa angolana de turismo e a negociação com o Bureau do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com vista a integrar a República de Angola no projeto Regional sobre o

Desenvolvimento do Turismo em África Austral e Oriental e o processo de adesão de Angola à OMT, só prova da nova dinâmica então encetada.

Angola aderiu à OMT – Organização Mundial do Turismo - na 8ª Assembleia Geral realizada em Paris no ano de 1989, trazendo assim vantagens palpáveis que ajudaram a desenvolver o clima propício que se gerou com a assinatura dos acordos de paz, no ano de 1992. O benefício imediato traduziu-se na implementação do Projeto “Reforço Institucional do Estado Angolano no domínio do Turismo”, financiado pelo PNUD –Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, executado pela OMT, e consubstanciado na Reestruturação da DINATUR - Direção Nacional do Turismo; na criação de um sistema de recolha, tratamento, análise e publicação de estatística do turismo; na criação de um serviço estatístico informatizado na DINATUR; na elaboração de propostas de legislação turística e na capacitação dos recursos humanos (Ministério da Hotelaria e Turismo, 2015).

No domínio do intercâmbio internacional por força da crença, perseverança e, dinâmica dos titulares das diversas instituições que ao longo dos quarenta anos de independência nacional, tutelaram a Administração do Turismo Nacional em cada fase da vida socioeconómica do País, Angola é hoje membro da OMT – Organização Mundial do Turismo, da RETOSA – Organização Regional de Turismo da África Austral, que é uma Instituição da SADC que rege a atividade na região austral do continente, da ATA-ÁFRICA, Associação de Viagens e da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Angola é ainda integrante da Área de Conservação Transfronteiriça do OKAVANGO ZAMBEZE em parceria com o Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe.

Luanda, tal como as demais províncias de Angola, tem um grande potencial turístico pouco explorado devido ao fraco investimento e políticas públicas pouco atrativas do setor.

O Turismo em Angola apresenta um défice de oferta a vários níveis apesar de dispor de um conjunto de recursos turísticos favoráveis ao seu desenvolvimento e atribui aos fatores que impossibilita no seu desenvolvimento, designadamente:

- Falta de sistematização dos ativos turísticos;
- Quadro legal desajustado;
- Falta de meios de trabalho eficientes

De acordo com o Plano Diretor do Turismo de Angola (2011-2020), as receitas do turismo em Angola renderam ao Estado 10.000 milhões de kwanzas (30,3 milhões de euros) em 2017, tendo metade desse valor sido atingido já no primeiro semestre.

As receitas de 2017, porém, representaram um decréscimo de 2.000 milhões de kwanzas (seis milhões de euros) em relação a 2016, quando o setor gerou 12 mil milhões de kwanzas (36,3 milhões de euros (PDТА, 2011-2020).

Em 2017, entraram em Angola 260.961 turistas, menos que os 397.485 registados em 2016, redução que obrigou o MINAMB a estabelecer uma agenda com outros parceiros para impedir que o número de entradas continue a retroceder. No entanto em 2019, o número de chegada de turistas situou-se no 218.000, mantendo a trajetória decrescente iniciada em 2014 (Ministério da Hotelaria e Turismo, 2011; WDI, 2021). O MINAMB ainda referiu que, só haverá entrada de turistas no país se se tornarem "verdadeiramente operacionais" as infraestruturas hoteleiras, estradas, transportes, segurança, saneamento, energia e águas, uma vez que só assim, se "fortalecerá a indústria e a economia do turismo".

O turismo é uma indústria com enorme potencial de crescimento em Angola. O País, pela sua cultura, biodiversidade e clima, apresenta um nível de atratividade turística apreciável, que contrasta com o estado das infraestruturas que concorrem para o acesso e fruição da atracção turística, tais como estradas, aeroportos, sinalização, diversidade de hotéis e de equipamentos de restauração, transportes, agências de receção (que organizam excursões), comércio local, infraestrutura técnica de saneamento, vias de acesso e segurança, serviços, estes indispensáveis numa determinada oferta turística.

Houve uma queda da atividade turística, sobretudo em 2019, com uma redução de 33% das entradas de turistas, o que ocasionou uma redução de 15 % dos postos de trabalho associados. É importante ainda referir uma redução de 34% do investimento em novas unidades hoteleiras. O cenário desanimador permaneceu em 2020, com o efeito da Pandemia da Covid-19, que se propagou aos diversos sectores socioeconómicos. Porém, esta constatação não nos deverá pôr de braços cruzados; devemos, antes, lutar nas mais diversas esferas para erradicar os efeitos perniciosos que derivam desta pandemia (PDТА, 2011-2020).

Assim, o país tem aumentado, de forma muito modesta, o PIB do sector, mas, comparando a posição de Angola à de países africanos como Egito, Nigéria, Quênia e África do Sul, nota-se que é preciso melhorar a posição no contexto internacional, visto ser um sector que se espera como alavanca de receitas para o estado e a entrada de divisas para o país.

De acordo com os resultados do estudo realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2019, o sector do Turismo representava cerca de **3,5% do PIB**, uma quota muito aquém do desejado e que pode ser trabalhada, de forma a alcançar resultados mais encorajadores para o sector. Nesta perspetiva, é importante que o Estado, municípios e a

iniciativa privada entendam a importância estratégica do turismo, não apenas em termos de lucro gerado, mas no impacto benéfico que exerce a nível da geração de emprego e renda.

Deste modo, é preciso não só implementar boas políticas públicas de turismo, como também criar estratégias específicas de criação de produtos turísticos estruturados, que permitam aumentar a procura existente e consolidar o turismo, não só no que concerne ao segmento internacional, como também o turismo nacional, que deve ganhar importância, estimulando as famílias angolanas a visitarem locais pouco explorados na geografia nacional.

Estamos, certamente, perante um novo ciclo económico, que se manifesta com sinais de melhoria em alguns sectores, mas que ainda não se fazem sentir de forma a evidenciar a diversificação da economia de maneira consistente e sustentável. Portanto, a melhoria deste cenário passa, necessariamente, pelo reforço da diversificação da economia e a alteração da estrutura económica nacional, que detém, atualmente, cerca de 9.2% no sector agrícola, 65.8% na indústria e 24.6% no sector terciário (PDTA, 2011-2020).

Devemos abandonar a ideia de que o Estado é o único promotor do desenvolvimento. Uma sociedade civil bem organizada e um empresariado ativo poderão desempenhar um papel de grande importância no desenvolvimento económico, com ênfase para o sector do turismo. Este merece a máxima atenção. Uma vez que está a despontar e, por ser uma atividade sobre a qual Angola não possui tradição, até pelas especificidades que a norteiam, depende da implementação de mecanismos e incentivos.

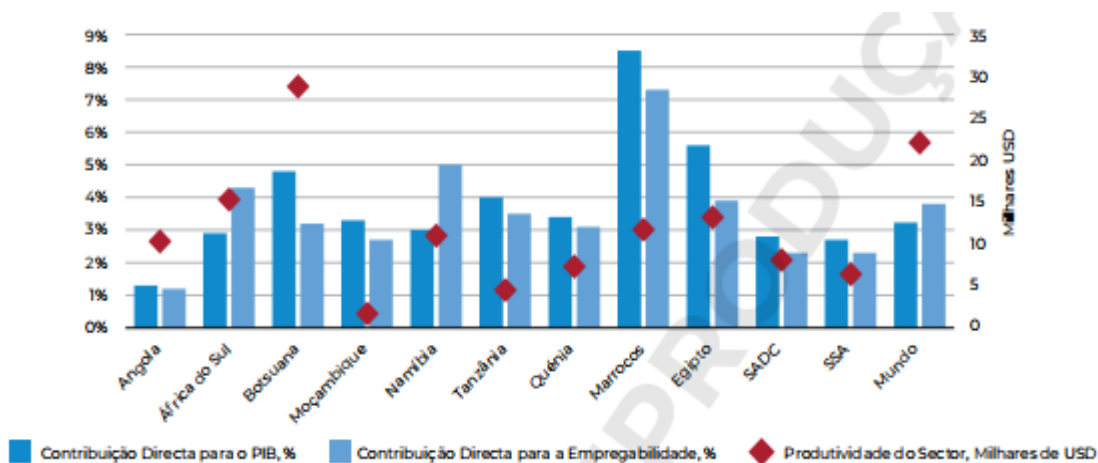
O sector da Construção afirma-se como uma alavanca poderosa do sector turístico nacional, uma vez que suportará a criação de infraestruturas necessárias, levadas a cabo sobretudo pelo sector privado, incrementando todo o tipo de operações que visem concretizar projetos, com recurso as Parcerias Público-Privadas (PPP). Estas parcerias trazem algumas vantagens financeiras, como controlar a despesa pública e realizar investimentos. Por outro lado, são usadas como uma forma de financiamento às empresas e repartição do risco.

O sucesso das políticas de desenvolvimento do turismo dependerá da aposta que o país fizer ao nível do desenvolvimento de projetos de sustentabilidade ao longo prazo, em detrimento de projetos de fraco alcance estratégico.

O turismo tem crescido de forma sustentada a nível internacional quer em termos do número de turistas quer em termos de receitas geradas. Todavia, Angola não tem acompanhado esta tendência não sendo pois estranho que o peso do turismo no PIB do País seja reduzido (menos de 1% em 2018). Esta situação é tanto mais grave quanto os países da

região apresentam todos uma contribuição do turismo no PIB bastante superior a Angola (Prodesi.ao).

Gráfico 2: Contribuição direta do turismo angolano para o PIB (2017), em milhares USD



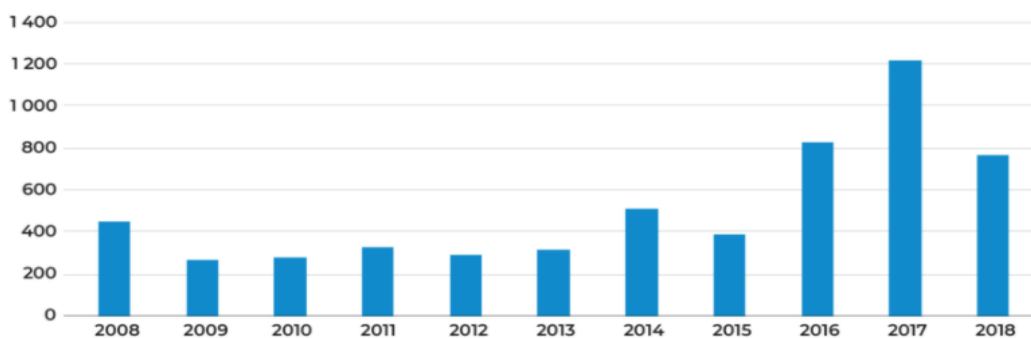
Fonte: (WTTC, 2021)

O turismo em Angola demonstra não ter a força e relevância que os seus pares apresentam. Apesar de apresentar valores absolutos de contribuição do turismo para o PIB superiores a alguns dos pares, em termos percentuais encontra-se quase sempre abaixo, deixando espaço para eventual progresso.

O peso do turismo no PIB em Angola representa apenas 1/3 quando comparado com os seus pares e metade das regiões de referência.

A contribuição direta na empregabilidade é significativamente inferior aos seus pares.

Gráfico 3: Despesas do Turismo em Angola (valores em milhões de USD)



Fonte: (WTTC, 2021)

A despesa do turismo em Angola tem oscilado nos últimos anos, os gastos que estavam a diminuir, viram uma alteração nos últimos anos. Porém registou-se uma diminuição dos gastos de 2017 para 2018.

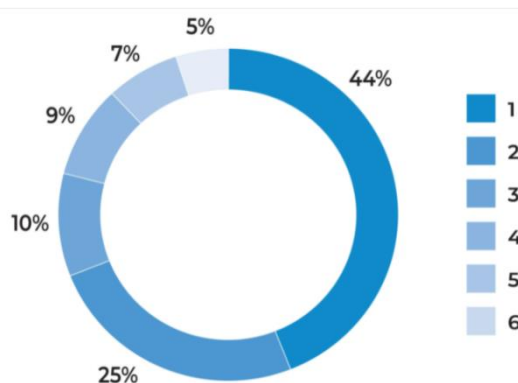
Tabela 2: Peso do Turismo nas Exportações Angolana (Valores em milhões de USD)

ANOS	GASTOS (USD)	% DAS EXPORTAÇÕES	ANOS	GASTOS (USD)	% DAS EXPORTAÇÕES
2008	293.000.000	0,46	2017	884.000.000	2,48
2007	236.000.000	0,53	2016	628.000.000	2,22
2006	91.000.000	0,27	2015	1.171.000.000	3,40
2005	103.000.000	0,42	2014	1.597.000.000	2,62
2004	82.000.000	0,59	2013	1.241.000.000	1,78
2003	63.000.000	0,65	2012	711.000.000	0,99
2002	51.000.000	0,60	2011	653.000.000	0,96
2001	35.000.000	0,52	2010	726.000.000	1,41
2000	34.000.000	0,42	2009	554.000.000	1,34

Fonte: Banco Mundial (World Bank, 2020)

O peso do turismo nas exportações é totalmente residual, havendo um enorme potencial de crescimento. O turismo ao longo dos últimos anos tem aumentando o seu peso no total de exportações de Angola, portanto, este aumento deve-se essencialmente à diminuição das exportações de outros setores da economia angolana, nomeadamente o setor petrolífero.

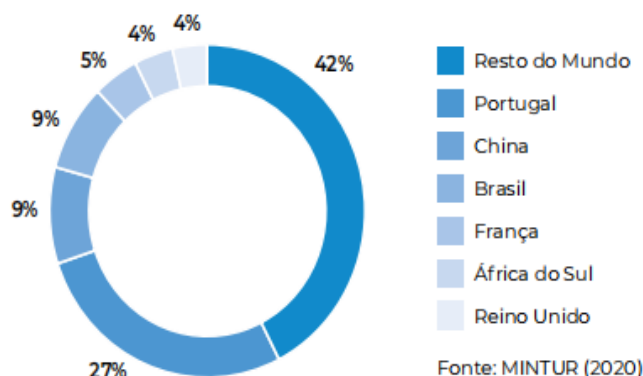
Gráfico 4: Chegada de Turistas Internacionais em Angola (2018)



Fonte: (WTTC, 2021)

1. Portugal
2. China
3. Brasil
4. França
5. África do Sul
6. Reino Unido

Gráfico 5: Chegada de Turistas Internacionais em Angola (2019)



Fonte: MINTUR (2020)

Entretanto, cerca de 217,7 milhares de turistas que visitaram Angola em 2019, 27% vieram de Portugal, aumentando assim o peso deste país no turismo em Angola. Por outro lado, verificou-se um aumento de turistas provenientes de França e uma redução da África do Sul.

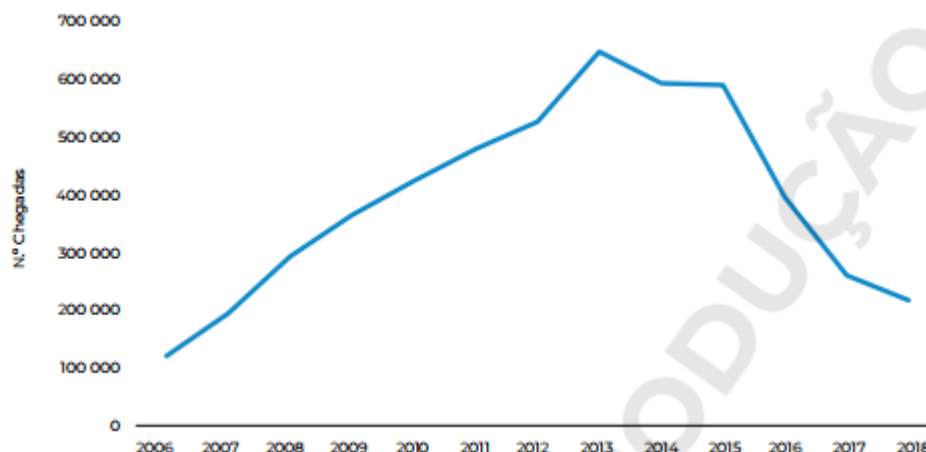
Tabela 3: Chegadas Internacionais de Turistas e Receitas de Turismo em África e Angola

	NÚMERO (1.000)			VAR. (%)	QUOTA (%)	RECEITAS (milhões USD)			QUOTA (%)
	2010	2017	2018			2010	2017	2018	
ÁFRICA	50.426	62.727	67.118	7	100	30.447	36.400	38.395	100
ÁFRICA SUBSARIANA	30.743	41.061	43.260	5,5	64,5	20.785	26.483	27.721	72,2
ANGOLA	425	261	378 (2019)	-34,3	N. D.	719	880	544	1,4

Fonte: World Tourism Organization (UNWTO, 2019)

Angola, regista grandes limitações em termos de turistas internacionais e de receitas, representando apenas 1% do total das receitas geradas pelo turismo em África.

Gráfico 6: Evolução das Chegadas Internacionais em Angola (2006-2018)

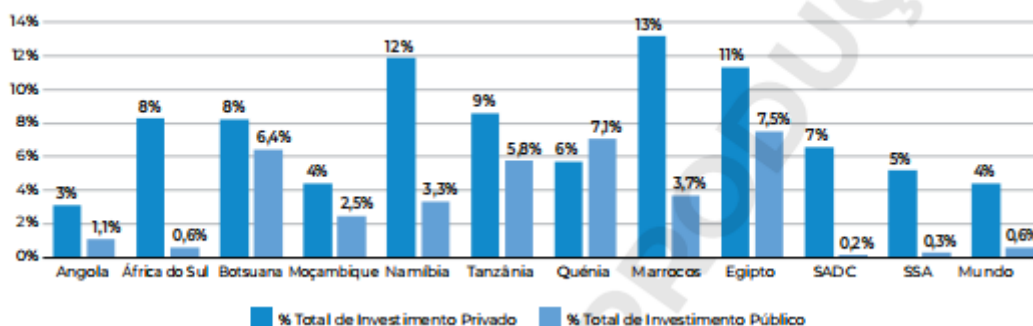


Fonte: World Bank (2020)

Angola tem sofrido grandes oscilações no que tange o número de chegada de turistas internacionais nos últimos anos. Relativamente ao gráfico, desde 2013 que o número tem diminuído todos os anos, com uma acentuada descida entre 2015 e 2016.

Gráfico 7: Investimento Público e Privado no Turismo (2017)

% de investimento público e investimento privado no Turismo (2017)



Fonte: MINTUR (2020)

O peso do investimento privado e público, no turismo é dos mais baixos se comparado com outros países africanos.

O investimento privado no turismo representa entre 30% a 60% do observado nos países pares e cerca de 50% do observado na SADC.

O investimento público no turismo está no nível mais baixo face aos pares, exceto a África do Sul (País com a atividade de turismo com uma escala superior à de Angola).

3.2 Impacto da Covid -19 no Turismo em Angola

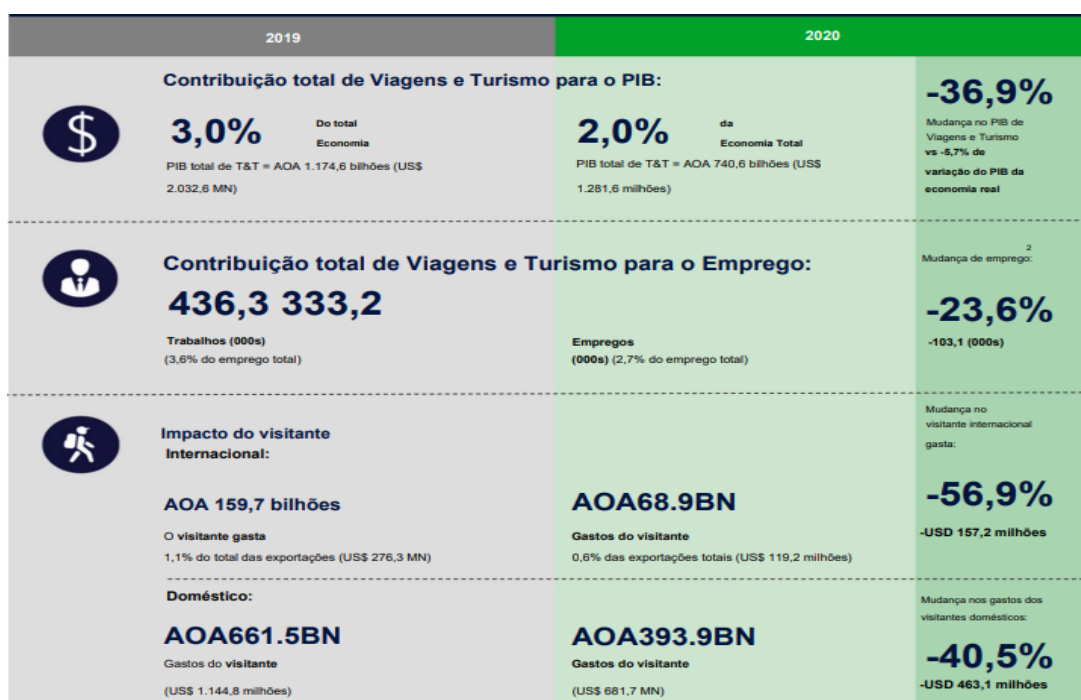
Com o surgimento da Pandemia COVID- 19, levou o Governo angolano a decretar o fecho das fronteiras como medida excecional para evitar a importação de casos. O ano de 2021 fica marcado por um aumento acentuado de novos casos em Dezembro, atingindo no dia 29, o número mais elevado desde o início da pandemia COVID-19, valor que tem vindo a baixar sucessivamente durante o mês de Janeiro de 2022 (JHU CSSE Covid-19, 2022).

A estratégia de privilegiar a saúde da população em detrimento dos interesses económicos, está a ter um impacto devastador na economia mundial e a indústria do turismo, o que tem levado governos e organizações nacionais e internacionais a implementar medidas de apoio às empresas e famílias.

Num cenário de grande incerteza fruto da Pandemia Covid-19, as medidas decretadas de apoio às empresas e de proteção dos empregos e dos rendimentos por parte do Governo angolano, destacam-se cruciais para a manutenção num futuro próximo da atividade económica do setor do turismo. Importa salientar que o desenvolvimento da indústria do turismo é relativamente recente, considerando que a guerra civil só terminou em 2002, com o país muito destruído, especialmente em Luanda. Portanto, as dificuldades no processo de concessão de vistos, também colocam Angola distante de rotas de turismo internacionais.

A contribuição total de viagens para o PIB em Angola em 2019, foi de 3,0% da economia total, equivalente a 1.174, 6 bilhões de dólares, sendo que em 2020 teve uma contribuição total de 2,0% (740,6 bilhões de dólares) (WTTC,2021).

Figura 3: Contribuição Total de Viagens para o PIB (2019-2020)



Fonte: WTTC (2021)

O setor do turismo foi um dos mais afetados pelas medidas de combate a Pandemia COVID-19. Restauração, hotelaria, entretenimento, transportes, cultura e ensino, têm subido de tom, e originando um conjunto de greves (Lusa,2022).

Para apoiar o setor do turismo, como confirmou Filipe Zau, Ministro da Cultura, Turismo e Ambiente em 2022, o Fundo do Ambiente será transformado em Fundo da Cultura, Turismo e Ambiente para fomentar a atividade turística, atribuindo especial relevo ao turismo interno (jornal de Angola, 2022).

Capítulo IV- Apresentação do Estudo de Caso

4.1 Caracterização do Parque Nacional da Quiçama

Este capítulo apresenta-se o enquadramento local do Parque, visto que o conhecimento das realidades locais e apreensão das dinâmicas e singularidades de um território é fundamental para a construção de modelos de desenvolvimento adaptados às necessidades reais. Assim focar-se-ão as temáticas da economia, educação e formação/ qualificação dos recursos humanos e contexto administrativo, institucional e territorial, com vista ao reconhecimento de sinergias e potenciais para o desenvolvimento do Parque Nacional da Quiçama.

De salientar que ao longo da existência do Parque Nacional da Quiçama foram feitos vários estudos científicos profundos até aos anos 80, daí em diante foram feitos vários outros estudos técnicos, mas, com referência aos estudos anteriores dos anos 30 a 80. Esta também, é uma consequência dos impactos negativos das políticas de conservação aplicada na gestão e conservação do parque. Contudo, este trabalho não fugirá da regra e muitos dos trabalhos recentes citados são trabalhos não publicados retirados dos relatórios internos do Ministério do Ambiente, órgão cuja gestão das políticas, coordenação e implementação estão a seu cargo desde o ano de 1992, anteriormente gerido pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural atual Ministério da Agricultura.

O estado de arte sobre ecoturismo, diz-nos que este tem como princípios chave: preservar o ambiente e a cultural local com qualidade e respeito, oferecendo uma experiência positiva para quem visita e para quem recebe, proporcionando benefícios financeiros diretos para a conservação do território e para o desenvolvimento da comunidade local, ao promover a melhoria das políticas de meio ambiente das localidades visitadas.

Atualmente está inscrito no registo de Parques Nacionais da UICN (união internacional para conservação da natureza) com código 348. O Parque Nacional da Quiçama é um dos nove (9) Parques nacionais mais antigos de Angola, foi estabelecido como reserva de caça pelas autoridades portuguesas em 1938, devido a seus valores faunísticos e de espécies florais e transformado em parque nacional em 1957 (MINAMB, 2020).

Tinha um objetivo de conservação, mas apenas para abastecer de carne e proporcionar lazer aos fazendeiros europeus da região. Em reconhecimento à necessidade de se preservar com rigor a fauna e flora, a reserva de caça foi elevada à categoria de Parque Nacional pelo Diploma nº 2873 em 11 de Dezembro de 1957 (MINUA, 2004).

O Diploma supracitado, no que se eleva a condições de Quiçama a Parque Nacional-PNQ o define como área sujeita à direção e controle dos organismos públicos para sua proteção, conservação e propagação de animais selvagens e da vegetação. Além da conservação de objetivos estéticos, geológicos, pré-histórico, arqueológico e outros de interesse científico. Este diploma legislativo estabelece os limites geográficos que atualmente tem.

Com uma extensão de 990.000 hectares, é um dos maiores parques em toda a África. O período de Guerra Civil que se viveu em Angola, dizimou parte da população animal do parque.

O Município da quiçama é portador de um potencial de recursos naturais como o petróleo no “on -shore”, gás natural, madeira, calcário e uma rica e extensa orla marítima, que bem aproveitadas podem ajudar a desenvolver a região de forma sustentada. Mas por uma questão ecológica e ambiental, são várias as vozes que se juntam contra uma possível incursão de exploração mineira na região.

4.2 Gestão do parque nacional

O PNQ possui uma complexa e rica variedade de ecossistemas e por isso o valor da sua biodiversidade é bem elevado, porém, a situação registada dentro do parque nos últimos anos é de quase abandono por parte das autoridades competente, falta de pessoal e de equipamentos. Existe ainda a problemática da ocupação descontrolada pela população que pratica a caça, agricultura, e que perturba a integridade dos ecossistemas.

Desde a sua criação o Parque Nacional da Quiçama, nunca beneficiou de um Plano de Gestão propriamente dito com orçamento capaz para a gestão efetiva do parque (MINUA,2004). Houve sim varais orientações de gestão e ordenamento de território das várias administrações que a governaram, com base em experiências dos administradores e não de uma política ou estratégia nacional.

Nunca houve uma estratégia de gestão da população local no seu interior, ou mesmo no seu reassentamento em zonas fora do parque ou em áreas menos significativas em termos de conservação.

Face ao contexto atual do país e aos muitos desafios que merecem respostas e ações urgentes e eficazes, seria desejável que o Ministério do ambiente, procurasse estabelecer parcerias com partes interessadas, com o objetivo de desenvolver e gerir de forma mais eficaz

o Parque Nacional da Quiçama. Há uma tendência crescente em África, em que os Ministérios responsáveis formam parcerias com ONGs sem fins lucrativos, que se concentram na conservação de áreas de conservação. Isso já ocorre com sucesso com os parques nacionais nos seguintes países: Benim, República Centro-Africana, Chade, Congo, Malawi, Moçambique Ruanda, Zâmbia e Zimbábue (MINAMB,2020,4).

Há necessidade de desenvolver um plano estratégico para garantir que as comunidades dentro e perto do parque se beneficiem do sucesso do parque, deve haver sistema de gestão integrado para conciliar biodiversidade, turismo e interesses da comunidade local, e pode tornar-se um ponto de crescimento para a conservação centrada no desenvolvimento económico e no emprego.

A falta de uma estratégia coerente e orçamento eficaz na proteção e conservação do parque leva o aumento da população no seu interior, o surgimento de diversas empresas de exploração de recursos naturais e a instalação de áreas de recreação, hotel, restaurantes e áreas administrativas governamentais locais.

4.3 Caracterização Geográfica e Administrativa do Parque Nacional da Quiçama

Segundo o Decreto presidencial nº 258/18 de 13 de Novembro, o organograma do Parque Nacional da Quiçama esta constituído por:

Figura 4: Organograma Parque Nacional da Quiçama



Fonte: Decreto presidencial nº 258/18 de 13 de Novembro (2018)

O Administrador no exercício das suas funções é coadjuvado por um chefe de seção, a quem pode delegar competências para acompanhar, tratar e decidir os assuntos relativos à atividade e ao funcionamento do parque.

O Administrador coordena o conjunto de atividades operacionais do parque em conformidade com as orientações do Ministério do ambiente, propor a elaboração de um plano de gestão do parque para aprovação pelo órgão tutelar, etc.

O serviço Administrativo Patrimonial e Logístico é dirigido por chefe de seção, com a função de assegurar o registo, expedição, arquivo e controle de toda documentação, organizar e controlar a elaboração e execução do orçamento, promover o controlo financeiro, elaborar relatórios mensais e mapas trimestrais de prestação de contas, proceder ao pagamento de salários e encargos com o pessoal, entre outros.

O Serviço de Investigação Científica e Monitorização é o serviço encarregue pela investigação científica e monitorização das atividades de gestão do parque, ou seja, executar as atividades constantes do plano de gestão do parque e participar na investigação e estudos realizados por terceiros, etc.

O Serviço de Educação Ambiental, Interação com as Comunidades e Relações-Públicas é o serviço encarregue de apoiar a realização das tarefas nos domínios de educação ambiental, interação com as comunidades da expedição de correspondência, assegurar a receção e saída dos turistas que se desloquem no Parque, receber os visitantes na entrada do parque, realizar palestra sobre educação e consciencialização ambiental das comunidades, cobrar taxas de acesso ao parque, etc.

Serviço de saúde e veterinária é o serviço encarregue pela promoção e vigilância da saúde, prevenção de doenças, bem como a salvaguarda da saúde pública e veterinária do Parque, etc.

Desde Novembro de 2012, o MINAMB assumiu toda a responsabilidade pela gestão do Parque Nacional da Quiçama, que estava a ser gerido pela Fundação Kissama, uma ONG criada para o efeito. Atualmente, o quadro de pessoal deste parque é constituído por 34 funcionários, entre administrativos e fiscais para cobrir uma superfície territorial de 9.960 km². Este pessoal representa 1,6% das necessidades mínimas de pessoal para fiscalização do parque, atendendo a razão de um (1) fiscal por cada 5 km² (MINUA, 2006).

Tabela 4: Quadro de Pessoal

Grupo de Pessoal	Categoria/Cargo	N.º de Lugares
Direcção	Administrador	1
Chefia	Chefe de Secção	6
Técnico Superior	Biólogo	1
	Médico Veterinário	1
	Engenheiro Florestal	1
	Engenheiro do Ambiente	1
	Gestor de Recursos Humanos	1
Técnico Médio	Técnico Médio Principal de 1.ª Classe	1
	Técnico Médio Principal de 2.ª Classe	1
	Técnico Médio Principal de 3.ª Classe	1
	Técnico Médio de 1.ª Classe	1
	Técnico Médio de 2.ª Classe	2
Administrativo	Oficial Administrativo Principal	1
	1.º Oficial	1
	2.º Oficial	1
	Escriturário-Dactilógrafo	1
Tesoureiro	Tesoureiro de 2.ª Classe	1
Auxiliar	Motorista Pesados de 2.ª Classe	1
	Motorista Ligeiros de 2.ª Classe	1
	Auxiliar Administrativo Principal	1
	Auxiliar de Limpeza de 1.ª Classe	2
Operário Qualificado	Encarregado	4
	Operário Qualificado de 2.ª Classe	2
Total		34

Fonte: Decreto presidencial nº 258/18 de 13 de Novembro (2018)

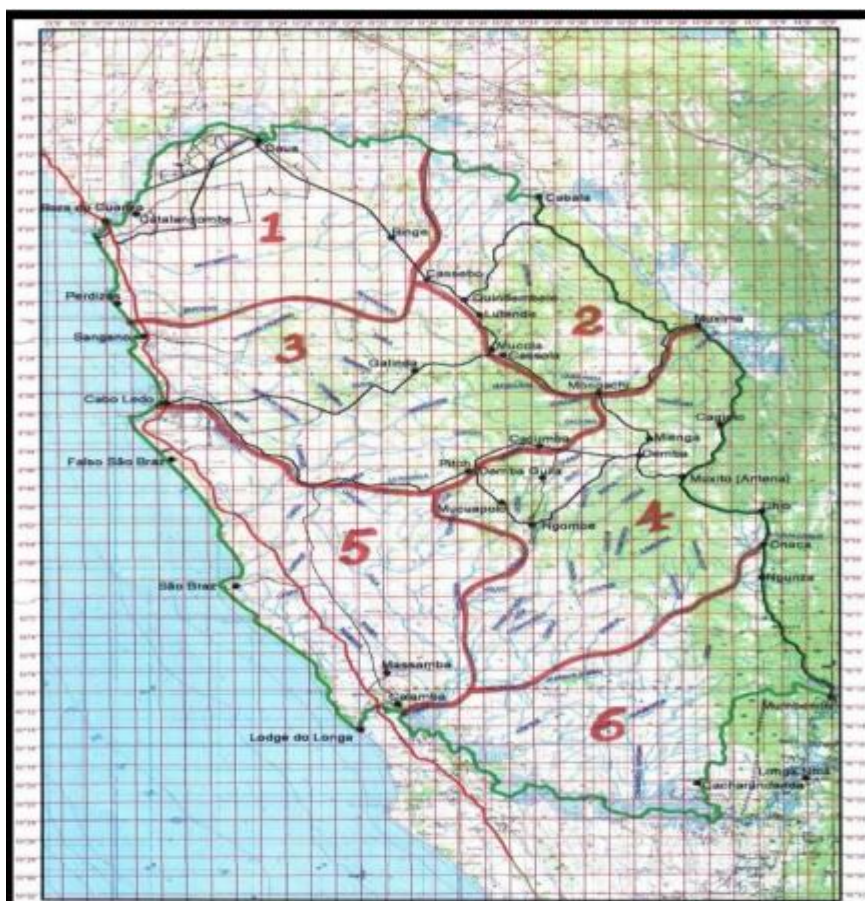
O Parque Nacional de Quiçama se encontra a 71 km ao sul de Luanda, na região do Bengo. Atualmente faz parte do município da quiçama que passou a pertencer a província de Luanda e possui uma extensão de 12.045 km², dos quais 9.960 km²constituem a área do Parque Nacional da Quiçama. É limitado a Norte pelos Municípios de Viana e Ícolo e Bengo, a Este pelos Municípios de Cambambe, Libolo e Quibala, a Sul pelos Municípios de Quilenda e Porto Amboim e a Oeste pelo Oceano Atlântico.

De salientar que os limites do parque incluem a:

- Norte: o rio Cuanza entre a foz até à Muxima;
- Sul: o rio Longa entre a foz até à estrada Mumbondo-Capolo;
- Leste: estrada da Muxima para Demba-Chio, Mumbondo e Capolo até ao rio Longa;
- Oeste: linha da costa entre a foz dos rios Longa e Cuanza que é banhada pelo Oceano Atlântico (MINUA, 2004).

Uma região rica paisagisticamente, bastante arejada, mas em contrapartida, também é muito pressionada pelos impactos ambientais da seca e das ondas de calor.

Figura 5: Mapa de Zoneamento da Quiçama



Fonte: Relatório Quiçama (2008)

4.4 Assentamentos humanos

Segundo o resultado da estatística do Censo Populacional de 2014, é o maior município de Luanda e o menos populoso, estimado em 25.086 mil habitantes, incluindo os efetivos militares da Unidade militar-Escola de Tropas Especiais de Cabo-Ledo (INE, 2014).

A Base Militar de Cabo Ledo, cujo status e terrenos se regem segundo o disposto na Lei de Terras 9/04 de 9 de Novembro, conta com uma dotação de 3.000 soldados, que junto ao pessoal auxiliar que trabalha nela se estima em 4.500 pessoas (Aritrch, 2014).

4.5 Impacto do Ecoturismo para a economia local

O fortalecimento da integração económica e cultural pública determina o desenvolvimento do turismo regional que inevitavelmente está relacionado com impacto na economia, no ambiente sociocultural e na natureza à crescente procura turística, os municípios fomentam o turismo, esperando receber receitas do turismo, para criar locais de trabalho e incentivar o desenvolvimento de serviços empresariais.

O turismo tornou-se elemento central na estratégia de desenvolvimento de muitos países. É particularmente atraente aos governos por oferecer uma alternativa e outras formas de desenvolvimento económico: pela geração de emprego, por sua capacidade de gerar divisas e por seu poder de promover o crescimento regional (Wearing & Neil, 2001,33).

Mesmo sem levar em consideração os impactos físicos, o fluxo de receitas para fora do país ou da região destinatária desafia o status do turismo como gerador de rendimentos.

Em diversas comunidades e economias locais onde se desenvolve o turismo, falta a infraestrutura e a competência exigidas para o estabelecimento das operações turísticas-especialmente o capital, junto com uma serie de bens e serviços desejados pelos turistas. Geralmente acontecem, em decorrência disso, grandes perdas, entre elas, o fluxo de divisas para fora do país ou da área específica como consequência da necessidade de importar determinadas técnicas, infraestrutura, tecnologias e mercadorias, além do fluxo de receitas sob a forma de lucros, extraídos de uma localidade pelos operadores, e o Parque da Quiçama não está alheio a isso.

Isso é importante para o desenvolvimento do turismo, pois, em muitos casos, a infraestrutura necessária para atividade turística é fornecida por empresas de propriedade estrangeira, particularmente por companhias aéreas, hotéis, agências de locação de veículos e operadoras. Em diversos casos, as perdas foram estimadas em 80% ou 90% nos países em desenvolvimento, que não apresentam uma participação expressiva nos serviços turísticos necessários, como a de companhias aéreas, hotéis e empresas de transportes (Wearing & Neil, 2001,34).

O turismo é muitas das vezes estimulado pelo governo ou pela indústria sem uma estratégia global, sem atenção adequada à legislação, que por exemplo estabeleça planeamento adequado as leis de proteção à natureza, sem a consulta ou inclusão das comunidades locais e sem projetos eficientes de gerenciamento da área de proteção. Isso suscita importantes questões políticas para o governo.

Contra essas consequências, é importante examinar o potencial do Ecoturismo para gerar expressivos benefícios às comunidades locais como forma alternativa de desenvolvimento turístico, pela criação de empregos e pelo aumento de receitas para infraestrutura e projetos comunitários. O importante é que a aquisição desses benefícios seja realizada sem comprometer os objetivos de conservação e sustentabilidade.

Contudo, o Ecoturismo é uma importante estratégia alternativa de desenvolvimento por poder vincular a geração de receita local diretamente com iniciativas conservacionistas.

4.6 Desenvolvimento sustentável e ecoturismo no Parque

Com a contínua expansão do turismo, é cada vez mais importante o surgimento de alternativas ao turismo de massas que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

O turismo tornou-se o principal campo de negócios económicos e de sobrevivência para muitos países. Portanto, os problemas de competitividade do turismo estão intimamente ligados à abordagem do desenvolvimento sustentável, destinos turísticos e prestação de serviços de turismo verde que não têm impacto negativo no meio ambiente.

O parque da quiçama oferece muitos recursos naturais, e, os mesmos precisam de ser usados de forma sustentável e preservados para servir os interesses de Angola por longos anos, deixando um legado para as gerações vindouras.

A importância do desenvolvimento sustentável do turismo coincide com a preocupação mundial em favor da preservação ambiental, desenvolvimento das comunidades e da redução da pobreza. Essa valorização vai contribuir para que mais postos sejam criados, mais receitas para o estado, contribuindo para o bem-estar da comunidade local.

O Governo aposta em planos de ações para o setor do turismo a desenvolver até 2025, cujo objetivo é promover o Ecoturismo no Parque Nacional da Quiçama com vista a atingir o Desenvolvimento sustentável, evitando deste modo a atual situação da degradação natural. Novas espécies foram reintroduzidas para que se torne um destino turístico de eleição e conservação da biodiversidade (MINAMB, 2019).

Deste modo, é importante saber se está iniciativa do Governo na criação do Plano de ação, na prática contribuirá ou não para o desenvolvimento sustentável do turismo, porque experiências há, que quando se cria este tipo de cenários dificilmente se inclui as comunidades locais. O que se tem verificado, na maior parte das vezes, é o afastamento dessas comunidades, através da expropriação ou até mesmo, por livre vontade da população

que se sente desprotegida. O desenvolvimento do turismo não está apenas associado o fator do crescimento do PIB, mas também, é importante que esteja evidente, a melhoria de vida dos indivíduos e o fortalecimento das suas liberdades, ou seja, o desenvolvimento não pode ser assinalado apenas sob o viés crescimento do PIB (SEM, 2010, 18).

O desenvolvimento sustentável, hoje, representa assim novo direcionamento do turismo e conseqüentemente um grande desafio para os responsáveis pela preservação ambiental pelo turismo no Parque com grande potencial em recursos naturais.

A sustentabilidade tem como base três pilares: Económico, social e ambiental, o turismo se bem concebido e gerido, proporciona emprego e renda em harmonia com a natureza, a cultura e a economia dos destinos. O consumo responsável dos serviços turísticos também minimiza impactos negativos ambientais e socioculturais e, ao mesmo tempo, promove benefícios económicos para as comunidades locais e no entorno dos destinos.

Com isso, o Ecoturismo passa a ser mais atraente para a indústria do turismo em relação ao turismo convencional, mas em zonas de reservas naturais, a forma como se dará destino a esses artigos, pode prejudicar a fauna dessas localidades, por isso se leva em conta o Ecoturismo.

Sendo o ecoturismo uma alternativa ao turismo de massa pela redução ao mínimo dos impactos negativos e pela pequena escala de sua infraestrutura. Sugere-se que o ecoturismo pode ser regulamentado e controlado no plano da sustentabilidade.

4.7 Ambiente socioeconómico

4.7.1 Caracterização demográfica

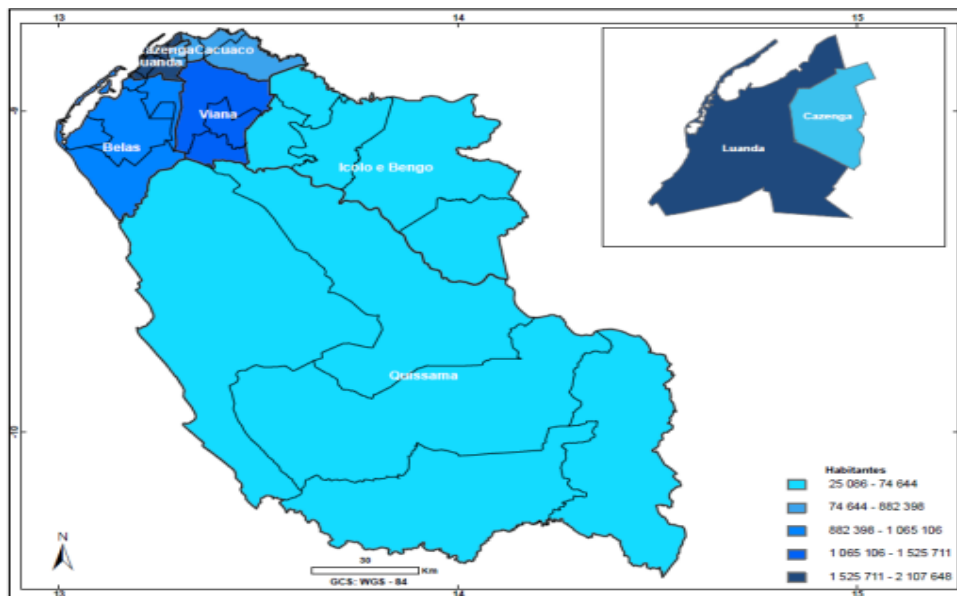
O modo como a população se distribui por idade e sexo, permite estimular o significado dos extratos populacionais, decisivos na vitalidade de uma região, compreendendo a sua estrutura e conhecimento

Os resultados preliminares do INE (2014), mostram que a população residente em Angola em 16 de Maio de 2014, é de 24, 3 milhões de habitantes, sendo 11,8 milhões do sexo masculino (48% da população total) e 12,5 milhões do sexo feminino (52% da população total). Porém, 37,7% da população angolana vive em áreas rurais, onde esta incluída a população residente no interior do PNQ.

Segundo INE (2014), o Município da Quiçama tem 25.086 habitantes residentes atualmente (vinte e cinco milhões e oitenta e seis habitantes), que corresponde 0,4% do total

da província de Luanda, incluindo os efetivos militares da Unidade militar-Escola de tropas Especiais. Está população residem todos no interior do parque.

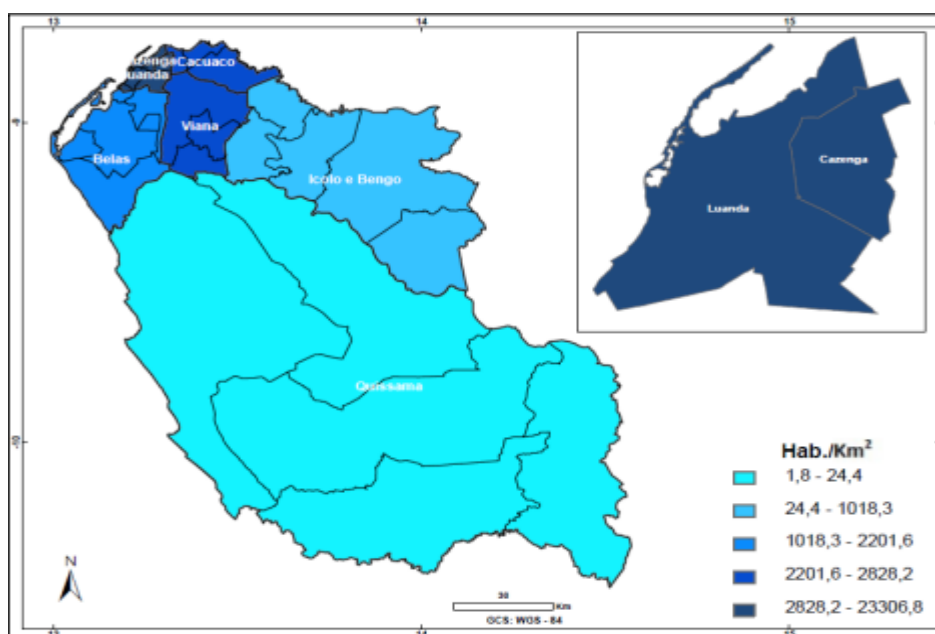
Figura 6: Distribuição da população residente por município (2014)



Fonte: Censo 2014

A província de Luanda apresenta enormes assimetrias geográficas, em termos de densidade demográfica. Contrariamente aos municípios de Luanda e Cazenga, observa-se no extremo oposto os municípios da Quiçama com 2 habitantes por quilómetro quadrado e o município de Icolo e Bengo com 24 habitanteINE (2014).

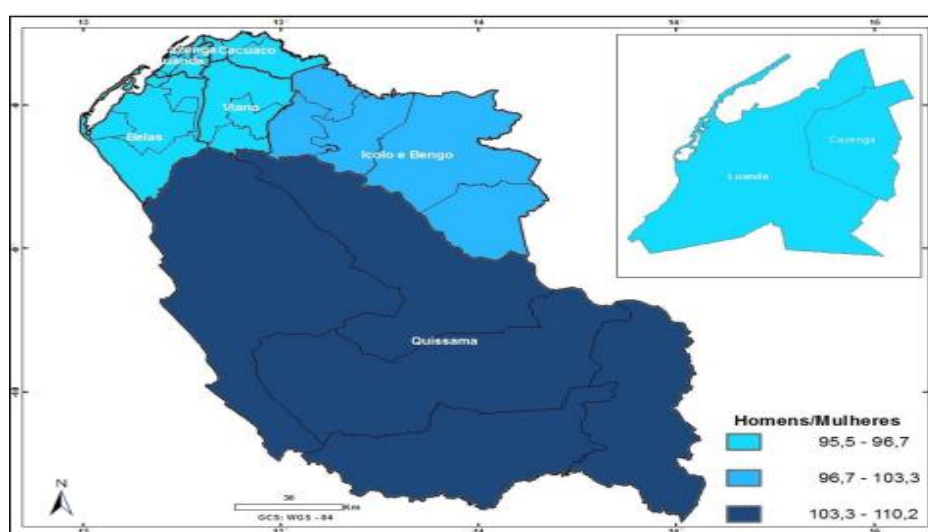
Figura 7: Densidade Populacional



Fonte: Censo 2014

O índice de masculinidade na província de Luanda é de 96, o que significa, que Luanda existem 96 homens para cada 100 mulheres. O município da Quiçama e de Icolo e Bengo apresentam o Índice de masculinidade mais elevado aos demais municípios, correspondendo a 110 e 103 homens. Estes dados confirmam a teoria da migração temporária para o Município da Quiçama para fins comerciais, ou, deve-se também, a grande concentração de serviços prestados maioritariamente por” homens” nomeadamente; militares, fiscais, extração de inertes, segurança e outros.

Figura 8: Índice de Masculinidade por Municípios



Fonte: Censo 2014

O número apresentado no Censo indica os habitantes residentes no Município da Quiçama, mas, não espelha o número de funcionários que vem de outros municípios e trabalham na Quiçama. No cotidiano do município o número de pessoas que fazem a sua vida no seu interior é maior. De recordar que o parque ocupa 1/3 da superfície do Município da Quiçama (Luís, R. et al., 2006).

Pode-se concluir que a população está em ascensão, visto que a Administração local vai criando melhores condições de habitabilidade e serviços básicos, por um lado cumprindo o Programa de Desenvolvimento Humano e a Estratégia de Luta contra a Pobreza do Governo Angolano e por outro lado, o aumento do número de postos de trabalho no município.

4.7.2. Caracterização económica

A compreensão da situação económica da população ativa do Parque, é essencial para avaliar características e condições de vida da população de modo a saber quais as tendências e apresentar dinâmicas.

A maioria da população vive abaixo da linha da pobreza e depende dos recursos naturais, realizam atividades agrícolas, pesca e caça em pequena escala ganhando assim a sua subsistência.

As razões de fixação são várias sendo a agricultura a principal. Outro motivo que levou a fixação de famílias na Quiçama é a busca de segurança devido o conflito armado que o país viveu. Contudo, a população que residem a mais de 50 anos, alega que a terra é de seus ancestrais que residiram no parque antes da proclamação do parque.

Sendo a agricultura uma das razões principais de fixação da população no interior do Parque Nacional da Quiçama, constitui concomitantemente a principal atividade ocupacional.

É uma agricultura itinerante, essencialmente de subsistência em que são cultivados principalmente a mandioca, o milho, a batata-doce e várias variedades de feijão em parcelas de terra que não ultrapassam os dois hectares.

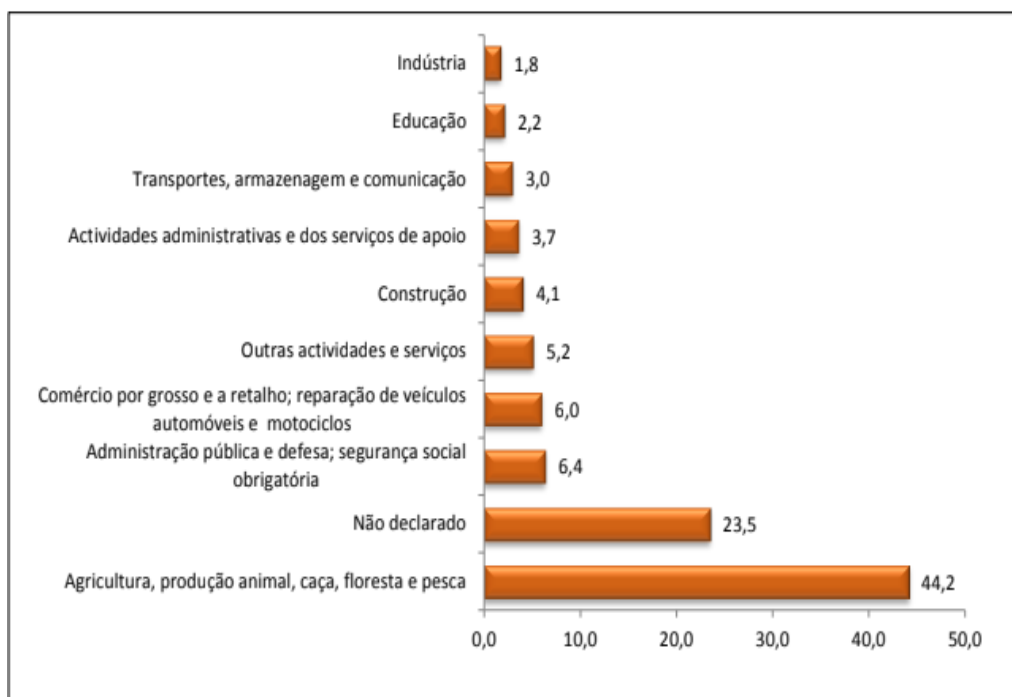
A agricultura itinerante, cuja característica fundamental é o ganho de novas parcelas de cultivo, choca marcadamente com os interesses do Parque. A situação torna-se mais crítica se for considerado o crescimento populacional acentuado. Uma das formas de redução do nomadismo agrícola é o incentivo de práticas de conservação e melhoramento do solo.

A pesca é a segunda atividade de importância na população local residente. O pescado capturado destina-se ao consumo próprio e a comercialização nas localidades da Cabala e Calumbo ou mesmo na cidade de Luanda.

A caça furtiva é uma atividade praticada pela população, mas tendo conhecimento que a sua prática é ilegal ninguém assume publicamente a sua realização, mas estima-se que 20 % da população residente à prática.

Segundo INE (2016). A agricultura e pesca, são as atividades económicas mais representadas no país, concentrando-se sobretudo na província do Cuanza Sul com 70%. A Província de Luanda tem como sectores predominantes o comércio (10%), atividades administrativas e dos serviços de apoio (8%), transportes, construção (7%) e armazenagem e comunicação (6%).

Gráfico 8: Principais Atividades Económicas



Fonte: INE (2016)

Sobre os aspetos fundiários, a maior parte dos indivíduos afirmam que as terras que cultivam são de pertença própria e que a adquiriram por herança. No entanto, as famílias afirmam não possuir nenhum documento que ateste a titularidade destas terras.

Estes dados explicam por um lado a necessidade da população residente em termos económico e social e por outro lado o atropelo legal da gestão e conservação de uma área

protegida pela população local, Administração do Município da Quiçama e órgãos da Administração Central do Estado.

4.7.2.1 Direito fundiário e uso dos recursos naturais

A Lei da terra de Angola (Lei nº 9/04 de 9 de Novembro), define o solo como a camada superficial de terra sobre a qual recai a propriedade originária do Estado e destinada a aproveitamento útil, rural ou urbano, através da constituição de um dos diversos tipos de direitos fundiários.

O Artigo 5º do supracitado define a terra como propriedade originária do Estado, integrada no seu domínio privado ou no seu domínio público, ou seja, em Angola não existem proprietários permanente de terra, o cidadão nacional deve solicitar concessão de terra ao Estado, quer seja ele para fins urbanístico, agrícola ou outros.

Quanto a população local o Artigo 9º diz que, o Estado respeita e protege direitos fundiários de que sejam titulares as comunidades rurais, incluindo aqueles que se fundam nos usos ou no costume, mas os terrenos das comunidades rurais podem ser expropriados por utilidade pública ser objeto de requisição mediante justa indemnização.

Sobre os Recursos naturais, o Artigo 10º da referida Lei, descreve que os recursos naturais são propriedades do Estado, integrando-se no seu domínio público, e os mesmos são intransmissíveis, exceto os direitos de exploração de recursos naturais, nos termos da legislação respetiva.

Todavia no Artigo 16º concernente a proteção do ambiente e utilização das terras descreve que a ocupação, o uso e a fruição das terras está sujeito às normas sobre proteção do ambiente, designadamente as que dizem respeito à proteção das paisagens e das espécies da flora e da fauna, preservação do equilíbrio ecológico e ao direito dos cidadãos a um ambiente sadio e não poluído. Por tanto, o Artigo 27º relativo aos terrenos reservados define como terrenos excluídos do regime geral de ocupação, uso ou fruição por pessoas singulares ou coletivas, em função da sua afetação, total ou parcial, á realização de fins especiais que determinam a sua constituição.

A mesma lei diz que, nos terrenos reservados não é permitida qualquer forma de ocupação ou uso, salvo a que seja exigida a sua própria conservação ou gestão, tendo em vista a prossecução dos fins de interesse público previstos no respetivo diploma constitutivo, ou

seja, pode-se ver claramente neste artigo uma clarividência de flexibilidade da coexistência de terrenos reservados e parte do mesmo do domínio privado sob concessão.

O Artigo 33º sobre Terrenos reservados e direitos das comunidades rurais assegura às famílias que integram as comunidades rurais residentes nos perímetros dos terrenos reservados residentes nos perímetros dos terrenos reservados (população existente antes do estabelecimento da reserva) o seguinte:

- A tempestiva execução de políticas de ordenamento do território, com vista ao seu bem-estar, desenvolvimento económico e social e à preservação das áreas em que se adotem formas tradicionais de aproveitamento da terra;
- A afetação às despesas que visem a promoção do bem-estar das comunidades rurais, de uma certa percentagem das taxas cobradas pelo acesso aos parques e pela caça, pesca ou atividades turísticas aí desenvolvidas;
- O direito de preferência dos seus membros, em condições de paridade, no pavimento de cargo e funções criados nos terrenos reservados.

4.8 Ambiente Biofísico

4.8.1 Clima

O parque Nacional da quiçama, de acordo a divisão administrativa de Angola e suas coordenadas geográficas, enquadra-se na zona litoral sul do cuanza. Castanheira Diniz (1973 e 1998) caracterizou esta área como sendo uma zona de clima tropical quente e semiárido.

Segundo a classificação de Thornthwait, o parque enquadra-se nos climas do tipo árido (E) á semiárido (D) com índice hídrico que varia de – 60 a 40 e de- 40 a 20 respetivamente. A classificação de Koppen-Geiger enquadra o parque entre o clima tropical chuvoso de savana (Aw) e o clima seco de estepe, caraterística típica da aplanção litoral do centro de Angola, onde as condições de aridez acentuam-se à medida que se aproxima da orla marítima variando para um clima árido (MINAMB, 2020).

Dados mais recentes como de Silveira (1962), citado por Cabral (1989), definem o clima do Parque baseando-se na classificação de Thornthwait como sendo megatérmico árido na faixa costeira e megatérmico semiárido em toda restante área; a temperatura média anual é de 24,6° C que alterna entre os 20, 7° C nos meses mais frios (Julho - Agosto) a 27, 4° C nos meses quentes (Março - Abril).

Horsten, (1982) na sua obra descreveu que a precipitação média anual no parque se enquadra na escala de 400 a 7000 mm/ano num total aproximado de 54 dias de precipitações.

MINADER/DNAF (2001) considerou o clima do parque e qualificou-o de semiárido oscilando para o tipo árido no litoral ao SUB húmido no limite oriental e corroborou com outros fatores ambientais, tais como a temperatura média anual que foi de 24,1 °C, humidade relativa média anual de 79% e a precipitação média anual de 42.8 mm.

4.9 Biodiversidade espécie de Flora e Fauna

4.9.1 Flora

A descrição da flora do parque dar-nos-á uma visão do potencial existente no mesmo, em termos de recursos natural. De acordo com a Carta Fitogeográfica de Angola de Gossweiler e Mendonça de 1939, a vegetação do Parque enquadra-se na vegetação do tipo Hiemilignosa, porém, a Carta da Vegetação do Parque Nacional da Quiçama de Teixeira de 1967, válido atualmente, classificou e distribuiu a vegetação do Parque em diferentes zonas e tipos de solos. Foram totalizados dez (10) tipos diferentes de vegetação com elementos característicos e específicos para cada uma das áreas que atualmente encontra-se sem alteração significativa, nomeadamente: Balcedo de *Strychnos henningsii* e *Strychnos welwitschia*, Galerias de *Diospyros mespiliformis*, *Lonchocarpus sericeus* e *Pterocarps tintorius*, Formações florestais secas de *Ptaeroxylon obliquum* e *Croton angolensis*, Pradarias palustres de *Echinochloa* sp. e *Cyperus papyrus*, Savana de *Setaria welwitschii*, Savanas de *Schizachyrium semiberbe*, Savanas de *Eragrostis superba* e *Eragrostis fasciculreis*, Estepes de *Chloris pubescens*, Associações de *Canavalia maritima* e *Ipomoea pes-caprae* e Mangais.

A vegetação do parque encontra-se em geral bem conservada, com algumas manchas de degradação em zonas de pasto de animal doméstico, ponto de extração de inertes e zonas de aglomerados populacionais em comparação com a fauna selvagem.

4.9.2 Fauna

A descrição do potencial faunístico tendo em conta sua abundância e diversidade é um indicador de preservação e de degradação dos ecossistemas do parque, mas, esta descrição

ajudar-nos-á, a fazer uma radiografia da situação atual do parque em termos de preservação da fauna.

No início da década de 70 foi feito um levantamento de referência abrangente, de todas as áreas de conservação, utilizando levantamentos aéreos e terrestres. Numa avaliação complementar, em 1992, foram realizados uma série de estudos de campo limitados e entrevistas sob a égide da IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza) – para determinar o estado dos sistemas de área de conservação na altura.

4.9.2.1 Mamíferos Nativos

São conhecidos desde a década de 1950, o registo da presença de mamíferos no Parque da PNQ, embora dados mais detalhes tenham sido obtidos em décadas subseqüente, sob o domínio colonial, inclusive com estimativas de números, que devem ser atribuídos a Brian Huntley, o ecologista então responsável pela rede de áreas de conservação de Angola (Huntley, 2017). O colapso sofrido pelos grandes mamíferos no PNQ foi rápido e dramático, levando à redução local ou suspeita de extinção de várias espécies em menos de vinte anos.

No ano de 2002, somente algumas populações viáveis de grandes mamíferos tinham sobrevivido à guerra, principalmente nas grandes áreas de conservação, como o Parque Nacional da Quiçama. Na tabela abaixo descreve-se a fauna do parque:

Tabela 5: Os Recentes Mamíferos Nativos do Passado e da Atualidade no Parque da Quiçama

ESPÉCIES	ESTADO ACTUAL
Loxodonta Africana	Reintroduzido na AEC, raro no Sudeste**
Hippopotamus amphibius	Raro e em decréscimo
Syncerus caffer nanus	Raro no Sudeste*
Hippotragus equinus	Extinto
Tragelaphus oryx cf. Oryx	Reintroduzido no AEC, população nativa extinta
Tragelaphus scriptus ornatos	Ainda comum no parque, abundante no AEC
Redunca arundium	Incomum
Sylvicapra grimmia	Comum
Philantomba monticolor	Comum

Potamochoerus lavartus	Comum
Phacochoerus africanus	Raro
Panthera leo	Extinto
Panthera pardus	Raro**
Leptailurus	Presente
Felis silvestris	Presente
Crocuta	Muito raro
Lycaon pictus	Extinto
Canis mesomelas	Raro
Canis adustus	Raro**
Civettictis civetta	Comum
Genetta maculata	Presente
Mellivora capensis	Presente
Circopithecus aethiops	Comum
Circopithecus mitis	Comum
Miopithecus talapoin	Presente
Otolemur crassicaudatus	Presente
Hystrix africaeaustralis	Presente
Orycteropus afer	
Trichechus senegalensis	Raro em diminuição

Fonte: Adaptado de Huntley (2017) e Groom et al. (2018)

4.9.2.2 Avifauna

Quiçama é rica em aves, mas, ainda é pouco estudada. O parque foi designado como IBA- Important Bird Area- Área Importante de Aves, por ser relativamente rica em espécies globalmente ameaçadas e de alcance restrito. As publicações existentes mencionam um total de 186 espécies de aves conhecidas que podem existir na quiçama, mas a falta de pesquisa eficientes e visitas subsequentes de ornitólogos e observadores nos últimos anos aumentaram os números para bem acima de 200 espécies (Dean in Fishpool, 2001).

Tabela 6: Espécies de aves endémicas encontradas no Parque Nacional da Quiçama e os seus habitats

Nome científico	Nome comum	Habitats
Francolinus griseotriatus	Francolin-de-estrias-cinzentas	Arvoredos e florestas secas
Tauraco erythrolophus	Turaco de Angola	Galeria e florestas secas
Colius castanotus	Rabo de junco de dorso vermelho	Todos, exceto pradarias
Camaroptera harterti	Camaroptera de Angola	Arvoredos
Malaconotus monteiri	Picanço de monteiro	Florestas secas
Prionops gabela	Atacador preto de Angola	Galeria e florestas secas
Platyteira albifrons	Olho de carúncula de Angola	Arvoredos
Euplectes aureus	Cardeal-tecelão de Angola	Savanas e bosques

Fonte: Adaptado de Huntley (2017) e Groom et al. (2018)

Tabela 7: Anfíbios existentes no Parque Nacional Quiçama

Nome científico	Nome comum	Observações
Ptychadena porosissima	Rã foguete de capim	Comum na baixa várzea de cuanza
Hyperilius-cf punctulata		Endémica, comum ao longo de cuanza

Hyperolius-cf toulsoni		Endémica, comum ao longo de cuanza
Hyperolius-cf benguellensis	Rela-comprida-de benguela	Comum ao longo de cuanza
Hoplobatrachus occipitalis	Rã gigante de sulco na cabeça	Presente na savana
Breviceps sp	Rã de chuva comum	Taxa endémica e não descrita

Fonte: Adaptado de Huntley (2017) e Groom et al. (2018)

Tabela 8: Répteis, já identificados, existentes no Parque Nacional Quiçama

Nome científico	Nome comum	Observações
Crocodylus niloticus	Crocodilo do nilo	Comum nos principais rios e lagoas
Dermochelys coriácea	Tartaruga de couro	Vulnerável raros e em risco de extinção
Chelonia mydas	Tartaruga verde	Visitantes raros e em riscos de extinção
Lepidochelys olivacea	Tartarugas marinhas	Praias de criadores comuns-e vulneráveis
Trionyx triunguis	Tartaruga negra	Vulnerável, raro em cuanza
Chamaleo dilepis	Camaleão com pescoço de aba	Comum nas savanas
Varanus albigularis	Varano das rochas	Comum nas savanas
Varanus niloticus	Largato do nilo	Comum nos principais rios e lagos

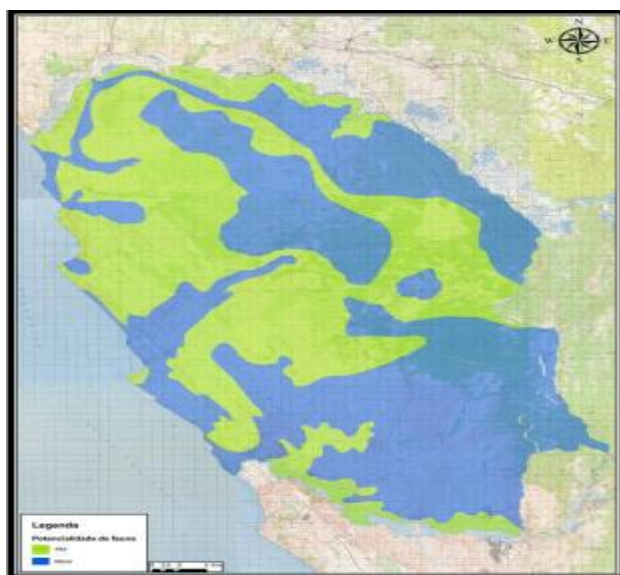
<i>Gerrhosaurus nigrolineatus</i>	Gerrossauro	Comum nas savanas
<i>Trachylepis varia</i>	Lagartixa Variada	Comum nas savanas
<i>Panaspis cabindae</i>	Skinks de olhos de cobra de cabinda	Comum nas em bosques e florestas secas
<i>Monopeltis luandae</i>		Endémico, presente na savana
<i>Chondrodactylus pullitzae</i>		Presente em falésias de arenito costeiro
<i>Hemidactylus mabouia</i>		Comum em edifícios
<i>Python natalensis</i>	Pítón-africana	Comum na savana
<i>Atractaspis bibronii</i>		Presente na savana
<i>Philothamnus angolensis</i>		Presente em ambiente húmido
<i>Boaedon “angolensis”</i>		Forma endémica comum na savana
<i>Psammophis mossambicus</i>		Comum na savana
<i>Dendroapis polylepis</i>		Presente na savana e arvoredos
<i>Nja nigricollis</i>		Comum na savana
<i>Bitis arietans</i>	Serpente africana	Presente na Savana

Fonte: Adaptado de Huntley (2017) e Groom et al. (2018)

A fundação Quiçama introduziu várias espécies no parque entre 2000 e 2001, no que ficou conhecido como “Operação Arca de Noé”. Os animais foram introduzidos num bloco cercado por uma vedação, ao longo do rio Cuanza, denominado Área Especial de conservação (AEC). Em 2012, a gestão do parque foi transferida para o Ministério do Ambiente e, apesar da controvérsia resultante das introduções anteriores, uma nova e mais severa operação, ainda que de baixa importância, ocorreu em 2014.

Figura 9: Potencialidades Faunísticas do PNQ

(Verde: potencialidades altas, azulado: potencialidades baixas)



Fonte: Teixeira (1967), adaptado por Aretech (2010)

4.10 Ofertas turísticas no Parque

A oferta turística é definida por cunha (2001,63) como sendo o conjunto e elementos, bens e serviços, podendo incluir o alojamento, os recursos naturais, as atividades recreativas ou serviços prestados aos turistas, tornando-se um conjunto integrado de todos os bens e serviços produzidos exclusivamente para consumo dos visitantes e ainda todos aqueles que são destinados para aos residentes, mas que pelos visitantes.

O Parque Nacional da Quiçama tem grandes atrações turísticas, destacando-se:

Safari - é um dos pontos mais altos. Demora cerca de três horas e atravessa o parque, pesquisando sobretudo os dois maiores animais: Elefantes e Girafas. No entanto, o safari

começa na estrada principal, passando em trilhos cada vez mais pequenos, onde possibilita avistar alguns animais e fotografar. Mesmo que suas espécies de animais tenham sido quase erradicadas, há pelo menos duas décadas, elas têm sido repostas com sucesso.

Viagem de barco no rio Cuanza - onde é possível ver crocodilos, hipopótamos, tartaruga marinha no rio Cuanza. As praias de Sangano, Cabo Ledo, excelentes praias para relaxar e tomar banho de sol e mar, com bons restaurantes para comer marisco fresco.

Na viagem, há locais perto do parque que podem ser visitados, como por exemplo, Calumbo-igreja da peregrinação e o miradouro da lua.

Essas atividades turísticas ainda requerem serviços de qualidade, e o PNQ tem potencial para se tornar conhecido internacionalmente e até rivalizar com muitos outros parques de África.

4.10.1 As zonas e seus usos

MINAMB (2020), elaborou uma proposta de zoneamento da quiçama, para assegurar o desenvolvimento e o uso humano da área, ocorram de maneira que, não tire o lugar dos objetivos primário que provavelmente será: A criação de um Parque Nacional economicamente autossuficiente, conservação da biodiversidade, observação de animais selvagens com um sentido de estado selvagem e uma pesca desportiva de alta qualidade. Ela também tenta assegurar que os diferentes desenvolvimentos e usos da área não entrem em conflito uns com os outros, mas sempre que possível se completem.

Tabela 9: Resumo das características da zona

Zona	Características Gerais	Tipo de atividade
Zona de natureza selvagem	Atende a definição legal de verdadeira região selvagem. Sem infraestrutura	Caminhada e trilhos com base em canoas guiadas por pessoal qualificado ou equipe de concessão.
Zona primitiva	Mantém a qualidade da região selvagem, instalações autossuficientes, trilhos guiados e visualização de jogos autónomos	Apreciação da natureza
Zona de lazer de Baixa intensidade		Apreciação da natureza, pesca
Zona de lazer de Alta Intensidade	São aplicáveis as leis de conservação da natureza. Previsto o sector privado	Lazer, alojamento para pernoite, natação, canoagem, pesca
Zona de criação de fauna	Desenvolvido e gerido pelo sector privado, para a utilização comercial sustentável da fauna, sob a legislação do Ministério	Ecoturismo, captura e venda de carne caça, uso consumptivo sustentável da fauna, caça de troféus.
Zona de agricultura controlada	Agricultura planeada, controlada e	

	operada pelo sector privado, mas sujeita a controlos feitos pelo parque nacional	
--	--	--

Fonte: MINAMB (2020)

4.11 Infraestruturas

Desde o período de guerra assiste-se a uma degradação acentuada dos ecossistemas que constituem o Parque Nacional de Quiçama. A maior parte dos impactos que afetam à área provem dessa época, bem a raiz das infraestruturas que se promoveram, como o êxodo de população que se assentou nesta área procedente do interior do país.

As principais infraestruturas do interior do parque são estruturas militares construídas durante a época de guerra. Entre elas se encontram uma unidade de comandos, o aeroporto de Cabo Ledo e a Estrada Nacional Sul (MINAMB, 2010).

O Parque conta com um estabelecimento no centro turístico dom káwa com vinte e cinco (25) casas bungalows com capacidade turística, uma área de lazer para crianças com piscina, área de campismo para instalação de tenda, restaurante e receção dos turistas, etc.

Também, conta com outra área de visitantes, junto ao Rio Cuanza, uma Pousada e vários bungalows. Está prevista a criação de um estabelecimento de luxo orientado para a pesca desportiva, a praia, cruzeiros no Cuanza.

Além destas duas áreas que se localizam muito mais para o interior, conta com diversos hotéis ao longo da sua costa com capacidade aproximada para mais de mil (1000) turistas (constatação pessoas).

O parque da Quiçama é uma região adormecida cujas potencialidades podem alavancar o crescimento local da região, com a criação de novos postos de trabalhos e a dinamização de contribuições económicas para a administração local e provincial, seja por via dos impostos ou na construção de infraestruturas compartilhadas.

Os grandes entraves se colocam na atração canalizada desse investimento estrangeiro, na criação de novas vias de comunicação e a sua manutenção, assim como na segurança pública e nas redes de apoio ao serviço turístico como guias e agentes de atração cultural e turística.

Os benefícios de se continuar a investir na manutenção de infraestruturas locais, deverão facilitar a interação socioeconómica das populações e dos turistas com o parque, proporcionando plantas medicinais, água para o consumo e para as culturas produtivas, alimentos, proteção dos solos, mitigação do impacto das alterações climáticas e outras.

O Parque da Quiçama assim como os parques nacionais do Maiombe, da Cangandala e do Iona, foram criadas para garantir a representatividade dos diversos biomas, ambientes e biodiversidade do país, sendo estas áreas únicas e com uma biodiversidade rica. E embora, estas sejam reservas de elevada importância biológica, também são áreas sob elevada pressão antrópica, sendo gravemente afetadas pelo desmatamento, a caça furtiva e a exploração não regularizada dos recursos do solo, minerais, da fauna e da flora.

Tabela 10: Resumo de Impactos positivos e negativos do meio físico, biótico, perceptivo e socioeconómico

	IMPACTOS SOBRE O MEIO																							
	MEIO FÍSICO										MEIO BIÓTICO						MEIO PERCEPTIVO		MEIO SOCIOECONÓMICO					
	Fragmentação território	Alteração solo	Ocupação solo	Alteração processos hidrodinâmicos	Contaminação solos	Contaminação águas superficiais	Contaminação águas subterrâneas	Contaminação atmosférica	Aumento de risco de incêndios	Diminuição de risco de incêndios	Efeito Barrera	Destruição habitat	Degradação cobertura vegetal (desflorestação, pisoteio, etc.)	Diminuição Fauna selvagem	Deslocamento do Fauna	Perda de Biodiversidade	Monopolização pontos de água	Alteração Paisagem	Ruído	Cheiros	Subsistência da população local	Fortalecimento da economia	Maiores acesso a atenção médica e outros serviços sociais	Afiação saúde humana
INFRA-ESTRUTURAS																								
Estrada Nacional Sur	-1	-1	-1	-1				-1			-1	-1	-1	-1	-1	-1		-1	-1			+1	+1	
Estradas secundarias	-1	-1	-1	-1								-1	-1	-1	-1	-1		-1	-1			+1	+1	
Base militar	-1	-1	-1	-1	-1			-1			-1	-1	-1	-1	-1	-1		-1	-1			+1		
Oleoduto	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1				-1	-1	-1	-1	-1	-1		-1						-1
ASSENTAMENTOS HUMANOS	-1		-1		-1	-1					-1	-1			-1	-1	-1	-1	-1		+1			
ATIVIDADES																								
Agricultura	-1	-1	-1		-1	-1	-1		+1		-1	-1		-1	-1	-1		-1			+1	+1		
Gado			-1	-1							-1	-1		-1	-1	-1		-1			+1	+1		
Consumo de recursos maderaveis e não maderaveis											-1	-1		-1	-1	-1		-1			+1			
Caça furtiva													-1	-1	-1	-1			-1					
Pesca													-1	-1	-1	-1					+1	+1		
Introdução animais exóticos													-1	-1	-1	-1								
Veda de zonas no Parque										-1					-1			-1						
Queima incontrolada		-1						-1	-1		-1	-1	-1	-1	-1	-1		-1						
Turismo		-1	-1		-1	-1					-1	-1		-1	-1	-1		-1	-1			+1		
Exploração de petróleo		-1	-1		-1	-1	-1	-1			-1	-1		-1	-1	-1		-1	-1			+1		-1
Construção camaronera		-1	-1	-1	-1	-1	-1				-1	-1	-1	-1	-1	-1		-1	-1	-1		+1		

Tabela 3. Resumem de impactos positivos e negativos sobre o meio físico, biótico, perceptivo e socioeconómico (-1= impacto negativo; +1= impacto positivo)

Fonte: Aretch (2014)

4.12 Educação local

Atualmente a zona da Quiçama é servida por 22 escolas públicas, 11 das quais de pau-a-pique (feitas de barro e bambú entrelaçados em madeira), sendo 21 do ensino primário e uma do primeiro ciclo, que atende igualmente alunos do segundo ciclo, devido a carência de infraestrutura.

Deste número, há que se registar 109 salas de aulas, mas apenas 84 estão em pleno funcionamento e 25 outras estão inoperantes por falta de professores na localidade.

Segundo o Administrador municipal (Jornal de Angola, 2011) as infraestruturas que constituem a rede escolar do município estão localizadas na sede da Muxima, cinco em cabo Ledo, duas na Demba chio, quatro em Mumbondo e outras quatro em Kixinje.

4.13 Saúde

Apesar de enfrentar dificuldades em infraestruturas, além de carência de pessoal técnico e serviços, o hospital municipal da Quiçama tem capacidade para internar 26 pacientes. O complexo é composto por um hospital municipal e 14 postos de saúde e conta apenas com um médico, o que demonstra a urgência de recrutamento de mais clínicos.

A melhoria das condições sanitárias nesta região é urgente, pois têm sido frequente os acidentes de viação graves que ocorrem na estrada nacional que liga Luanda ao Cuanza-sul.

Grande parte do município da quiçama, apesar de ser banhado pelos rios Longa e kwanza, ainda consome água bruta e aldeias próximas são abastecidas por camiões-cisternas, o que acarreta graves consequências à saúde da população.

4.14 Principais problemas com que o parque se depara

4.14.1 Caça furtiva

Como referido anteriormente, a caça furtiva é um problema sério no parque e apesar dos guardas estarem bem equipados, existe caça furtiva num raio de 8 km da sede do Parque, também concorre para o agravamento das condições do parque.

A caça ilegal tem acontecido em grande escala dentro do PNQ. O Ministério do ambiente, deve intervir e criar um plano que possa impedir essa prática, O estudo recente por (Groom et al., 2018) sobre os mamíferos na Quiçama, refere este ponto, o que é seriamente preocupante, pois a polícia e o exército também a praticam. Uma indicação da dimensão da caça furtiva é demonstrada pela distribuição de acampamentos de caçadores furtivos encontrados nesta pesquisa de mamíferos (**Figura 11**). Deve-se ter em consideração que estes não são todos os acampamentos de caçadores furtivos no PNQ e que haverá muitos mais que ainda não foram detetados.

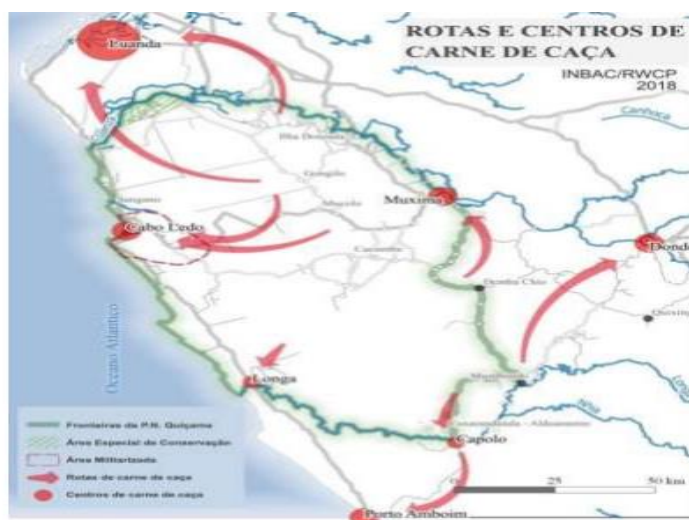
Além da caça furtiva como meio de subsistência, existe a caça furtiva para fins comerciais, de modo a abastecer os mercados de carne de caça. Estes mercados não estão apenas na fronteira do PNQ ou em Luanda, mas também dentro do parque em Cabo Ledo, existindo outro na ponte sobre o Rio Longa. Os mercados de carne de caça conhecidos, bem como as respetivas rotas, podem ser evidenciados por Groom et al. (2018) na **Figura 10**, mas nenhuma ação tem sido tomada de modo a combater a prática dos mesmos.

Figura 10: Localização de campos de caça furtiva, encontradas em 2017 no PNQ



Fonte: Groom et al. (2018)

Figura 11: Centro e rotas de carne que os caçadores furtivos usam de modo a fornecer carne da Quiçama



Fonte: Groom et al. (2018)

Os acampamentos são estabelecidos em áreas de conservação, onde os caçadores furtivos podem atuar sob impunidade. O fato de existirem acampamentos de caça furtiva na quiçama indica:

- Que os caçadores furtivos têm total desrespeito relativamente a qualquer forma de cumprimento da lei;
- Que a gestão é ineficaz em relação as ações anti caça;
- Que existe uma forte probabilidade de os fiscais estarem em conluio com os caçadores furtivos (subornos).

Segundo (Groom et al., 2018) acampamentos de caça furtiva ativos foram detetados, havendo sinais de uso de armas de fogo e de recuperação de armadilhas de carne, estando este fenómeno generalizado por todo o parque.

A proteção da fauna contra a caça furtiva é débil a norte, estando totalmente fora de controlo a sudeste. Existe um grande risco para a sobrevivência, tanto do elefante endógeno, como da pacaça do parque. Provavelmente é a última população viável de pacaças em Angola em via de extinção.

A falta de determinação para confrontar os caçadores furtivos foi claramente demonstrada pelo mau estado de vedações ao redor e dentro da AEC.

4.14.2 A falta da vontade Política na Gestão do Parque Nacional da Quiçama

A falta de apoio político para alcançar o desenvolvimento e a gestão ineficaz do Parque Nacional da Quiçama resulta na permissão de construção de empreendimentos como alojamentos turísticos e atividades agrícola sem qualquer planeamento ou quaisquer benefícios para o parque.

4.14.3 Empreendimentos ilegais imprevistos

Existe no interior do Parque, na zona costeira mais de quinze Empresas de Exploração Turística a exercer atividades de hotelaria e de turismo e sem Planos de Gestão Ambiental (MINAMB, 2020).

Analisando a situação atual do parque supracitada, pode-se considerar duas opções realistas para o futuro do parque:

- Opção 1: Governo admitir que os empreendimentos não-planeados na costa, a agricultura e a caça ilegal, deitaram por terra os objetivos da Quiçama como um Parque Nacional. Como consequência descartar o parque como um todo e apenas manter a atual AEC.
- Opção 2: Procurar um entendimento com os proprietários dos empreendimentos não planeados, desenvolver e administrar a área dentro dos limites históricos do PNQ como uma Reserva da Biosfera - com a área compreendida entre a estrada Cuanza e Cabo Ledo - Muxima, gerida como um Parque Nacional convencional. As outras

zonas ficam categorizadas para diferentes atividades e níveis de utilização sustentáveis.

O maior e mais invasivo destes empreendimentos ocorreu em cabo ledó, como na praia a sul, na praia dos surfistas e na praia de cabo ledó. Também, existem outros empreendimentos turísticos em construção, na margem sul do rio Cuanza. Em Novembro de 2017, a construção foi interrompida no local, e encontra-se em estado de abandono e sem vigilância.

4.14.4 Agricultura invasiva

Existe no PNQ uma invasão estacionária, não sendo apenas agricultura de subsistência, mas sim comercial. Segundo (MINAMB, 2020) foi registado um exemplo de cultivo mecanizado de grande escala. A nível mundial, em matérias de parques nacionais, esta prática é uma situação inédita.

4.15 Meio Paisagístico

A paisagem é identificada como síntese dos sistemas ecológicos e culturais que o constituem. Sua expressão realiza-se através de padrões modificáveis (aspetos bióticos) em função do tempo e escala de observação do mesmo. Sua análise pode-se realizar mediante a observação direta e trabalhos de visualização sobre imagens via satélite, identificando os elementos e componentes que podem estruturar diferentes unidades de paisagem, entendidas como áreas estruturais, funcional e/ou visualmente coerentes sobre as que pode recair um regime diferenciado de proteção e/ou gestão.

Estas unidades não são estáticas, senão mais bem dinâmicas, já que variam no tempo e no espaço. Para sua obtenção, consideram-se principalmente os critérios ecológicos e geomorfológicos, sendo, portanto, porções da superfície terrestre provenientes de limites naturais, onde os componentes abióticos e bióticos formam um conjunto de inter-relação e interdependência com uma relativa homogeneidade em suas características ecológicas e culturais. A seguir detalham-se as unidades paisagísticas perceptíveis na área de estudo e identificadas de forma preliminar.

Trata-se de unidades que integram principalmente as características topográficas, aproveitamentos do solo, vegetação atual e presença de água.

Até ao momento realizou-se uma classificação em diferentes unidades de paisagem a grande escala:

Paisagens

Costa

A costa do Parque Nacional de Quiçama tem 125 km de longo, partindo desde a desembocadura do rio Kwanza até a desembocadura do rio Longa. Devido às diferentes características geomorfológicas e ecológicas que se observam ao longo desta costa, esta divide-se em três subunidades de paisagem principais que são os altos alcantilados e praias de areia isoladas, bem como as formações de mangues

Figura 12: Paisagem de costa na desembocadura do rio



Fonte: MINAMB (2020)

Mangues

Os mangues encontram-se principalmente nos estuários dos dois grandes rios, o Kwanza e o Longa. Os mangues são grandes depósitos de matéria orgânica para as águas costeiras nos que se apresenta uma parte fundamental da cadeia trófica de espécies de grande importância ambiental. Estes ecossistemas são áreas de reprodução, desenvolvimento e alimentação de muitas espécies marinhas, de estuário, limícolas e terrestres, além de ser zonas de descanso e alimentação de aves migratórias.

Figura 13: Vista de um Manguê



Fonte: MINAMB (2020)

São essenciais para a proteção da costa em frente à erosão e para a prevenção em frente a inundações, além de manter a biodiversidade da região costeira. Também atuam como reatores naturais, absorvendo e imobilizando produtos químicos como metais pesados, além de filtrar poluentes e sedimentos. Por último, há que destacar sua importante beleza paisagística, pelo que representam um grande potencial para o recreio. Não obstante, é importante destacar, que uma proporção importante dos mangais foi perturbada pela colheita de lenha.

Palmeira

Na desembocadura do rio Kwanza, observa-se uma ampla extensão de palmeiras de Ráfia (*Raphia* sp.). Estas palmeiras têm um grande interesse botânico e são o habitat de espécies como o Macaco Talapoin, Macaco Preto, etc., ademais constituir o limite sul da área de distribuição do Potto do Basman (*Perodicticus potto*), espécie muito rara.

Savana

Nas planícies de savana predomina a vegetação herbácea. As árvores mais frequentes são acácias e baobabes. Uma característica própria desta unidade é a alternância de uma estação húmida e outra seca. A estação seca é muito árida, característica que facilita a propagação de incêndios. O fogo agiliza o crescimento das ervas e trava o desenvolvimento das árvores, acelera a mineralização do solo e o crescimento das plantas que se adaptam a essas condições.

Floresta seca

A floresta seca estende-se desde algumas zonas próximas à costa para o interior do Parque, estando composto por um amplo estrato lenhoso, principalmente arbóreo. Em ocasiões o limite entre o bosque seco e a savana não se distinguem claramente, se abrindo progressivamente o bosque para uma paisagem de savana. Os fatores ambientais que regulam a estrutura e a função destas unidades parecem ser o nível de precipitação anual, a estacionariedade em precipitação e as condições químicas e físicas do substrato. Estes bosques não se valorizaram adequadamente até o momento, possivelmente devido a que não apresentam uma paisagem tão exótico ou chamativo como os bosques tropicais chuvosos.

Rios e planícies alagadiços.

O Parque Nacional de Quiçama está atravessado por dois rios permanentes, que o limitam ao Norte e ao Sul; o rio Kwanza e o rio Longa. Estes rios são longos e serpenteiam a seu passo pelo Parque, sofrendo desbordamento. As planícies de inundação, portanto, são extensas e contam com numerosas lagoas de carácter temporário, ainda que também se observam zonas lacustres permanentes. Além dos rios Kwanza e Longa, existem cursos fluvial temporal de tipologia torrencial, que em sua maioria vertem água nas bacias do Kwanza e do Longa.

Figura 14: Vista do Rio kwanza, no Parque Nacional da Quiçama



Fonte: MINAMB (2020)

Figura 15: Vista do rio e planície de inundação do Parque da Quiçama



Fonte: MINAMB (2020)

Zonas do cultivo

Os principais cultivos que se podem encontrar no parque são batata-doce, massango, milho e mandioca, além de algodão, banana e palmeiras (azeite de palma). Os cultivos de mandioca crescem sobretudo nos solos arenosos profundos do planalto, enquanto os outros produtos crescem nos solos mais férteis das planícies de inundação do Kwanza e o Longa. Nenhum destes cultivos, a exceção do algodão, as bananas e o azeite de palma, tem importância económica, sendo utilizados unicamente para consumo local. Por isso, geralmente, se trata de pequenas plantações de subsistência, que se localizam nas imediações das zonas povoadas ou nos limites do Parque. Os cultivos de algodão e

as plantações de bananas e palmeiras, no entanto, são de maior extensão, localizando-se principalmente cerca da costa e sendo seu principal fim o comercial. Apesar de que a guerra foi considerada responsável da diminuição das populações do parque, e da degradação dos ecossistemas, esta desempenhou um papel positivo no referente à agricultura, já que freou o desenvolvimento agrícola do parque, paralisando a produção de milhares de hectares de cultivo de algodão.

Capítulo V: Metodologia e estudo de caso

O presente capítulo procura expor e fundamentar as abordagens metodologias utilizadas para o desenvolvimento e consecução do estudo, bem como responder as questões da investigação.

Procurou-se fazer um mapeamento de questões iniciais e que conduzissem a minha pesquisa. O tema central foi delimitado com base na pertinência e substancialidade do tema, sendo uma área de pouca produção intelectual nacional, foi necessário evidenciar esforços de interpretação internacional e teórica diversa, para uma melhor compreensão dos fenómenos locais.

A parte introdutória da dissertação foi determinada por uma abordagem teórica e de conceitualização o turismo em três (3) ângulos analíticos: o seu papel, o seu impacto na economia e a sua importância.

O método obedece aos critérios estabelecidos, assim como produziu os resultados necessários para a produção e a apresentação da dissertação.

5.1 Método da pesquisa

Segundo Quivy & Campenhoudt (1998, 185), métodos não são mais do que formalizações matriculares do procedimento, percursos diferentes concebidos para estarem mais adaptados aos fenómenos estudados. Permite alcançar o objetivo, conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detetando erros e auxiliando as decisões do cientista.

De acordo com Fortin (2009), a categoria de estudo pode ser descritiva, exploratória, explicativa e preditiva. Deste modo, o presente estudo trata-se de uma investigação descritiva e exploratória que assenta num método de investigação-ação, revertendo para um estudo de caso. Descritiva no sentido de que não implica a generalização dos resultados e que assenta, na sua essência, em dados qualitativos.

5.2 Técnicas de recolha de dados

Foi necessário inquérito, revisão, interação, observação direta, efetuar um levantamento de vários relatórios, documentos, mapas, gráfico e tabelas produzido pelo

Governo Angolano relativo ao ambiente e turismo em especial as do Ministério do Ambiente, do Ministério de Geologia e Minas, Ministério do Turismo, do Instituto Nacional da Biodiversidade e Áreas de Conservação (INBAC).

Também absorvamos os dados do World Travel & Tourism Council (WTTC) que anualmente vai demonstrando informações necessárias para os potenciais investidores do sector turístico, com relevância para as declarações proferidas pelos seus agentes relativamente ao número e ao volume de negócios que a Indústria do Turismo contribui para a economia global.

Os repositórios académicos e digitais, serviram de base para mapear artigos e teses produzidas na área do ecoturismo, com predominância na pesquisa de modelos de gestão ecológica e sustentável dos espaços turísticos no continente pelo mundo - Tourism in Africa: Harnessing Tourism for Growth and Improved Livelihoods.

Alguns artigos científicos produzidos por especialistas em ecologia e ambiente, contribuem também para o esclarecimento e apresentação do palco de pesquisa e investigação. Os artigos produzidos por este grupo interessado na área de investigação, estão disponíveis para a compreensão aberta ao público e em páginas que juntam esses relatórios e pesquisas como a Eco Angola e o Fórum Energia e Clima.

Revistas e outros bancos de informações públicas, também foram revisitadas e serviram de suporte para a elaboração desta pesquisa.

5.3 Instrumento de recolha de dados

Foi efetuada entrevista por meio com fiscais, funcionários de hotelaria bem com o Administrador do Parque Nacional da Quiçama para posteriormente interpretação dos dados. Complementarmente, foram analisados relatórios diversos sobre o Parque que foram sendo feito pelas autoridades angolanas ao longo de vários anos e que permitiram não só ter uma visão muito clara sobre o Parque, mas mais importante uma perspetiva mais dinâmica sobre a evolução dos desafios e os objetivos durante vários anos.

5.4 Estudo de caso

Embora já mencionado anteriormente, ressaltar que a pesquisa foi conduzida, enfatizando o carácter qualitativo da mesma. Aos fiscais, funcionários de hotelaria bem como

o Administrador do Parque Nacional, foi realizado entrevista por meio de questionário que consta em Anexo desta dissertação; e ainda por meio de conversas informais realizadas com servidores do MINAMB/PNQ com objetivo de obter informações sobre o Parque e suas preocupações.

A informação foi recolhida entre 12 de Julho a 10 de Agosto de 2022, sendo o inquérito formado por 16 perguntas abertas. A partir dos dados recolhidos através do questionário especificamente desenvolvidos para este estudo, apresentam-se e discutem-se os resultados com o propósito não só de analisar a problemática da gestão do parque bem como, da resposta às questões e objetivos que nortearam esta investigação. Para melhor responder e estruturar a resposta aos objetivos delineados optou-se por dividir o presente capítulo de análise e discussão dos resultados em função dos objetivos definidos para investigação.

Os atores sociais que contribuem com este estudo, sujeitos da investigação e da análise acerca de estratégia de desenvolvimento turístico e gestão do parque, são a população e os gestores de ecoturismo.

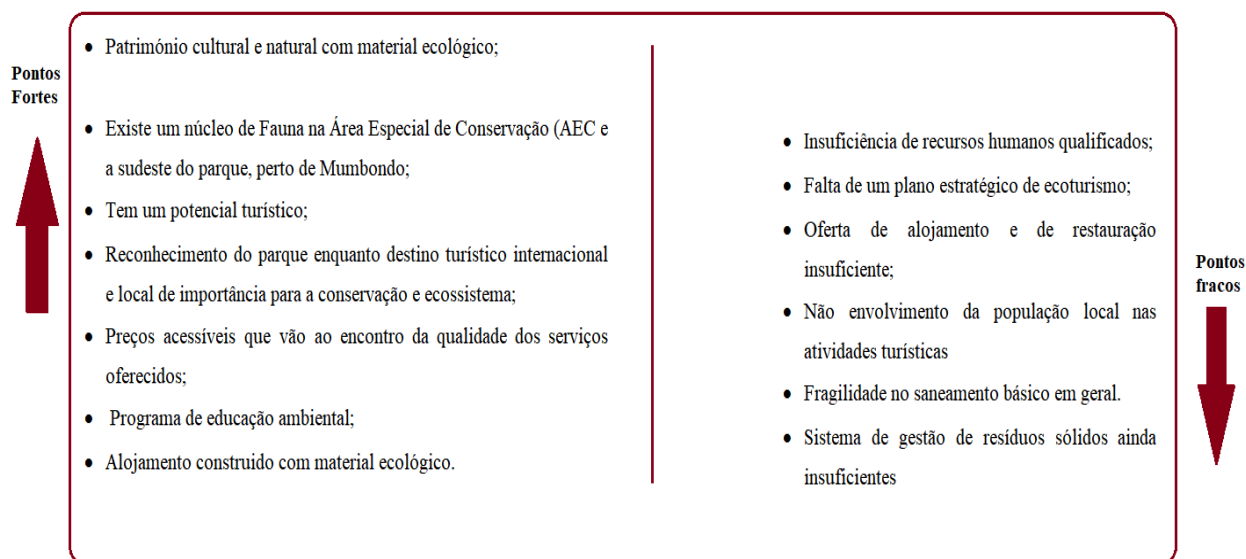
Análise SWOT

A análise SWOT, do inglês “strengths, weakness, opportunities and threats” classifica os Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças. É um método que consiste em ordenar a informação extraída em uma Matriz simples vislumbra as potencialidades e limitações relativamente à organização ou situação social estudada (Idáñez & Ander, 2007, 65)

O trabalho desenvolvido a partir do conhecimento da autora do parque e através dos documentos e a entrevista ao responsável pelo Parque, permitiu um conhecimento mais aprofundado sobre a realidade turística do parque, pelo que apresentamos de seguida uma análise SWOT que deve ser considerada em termos da estratégia do ecoturismo no Parque.

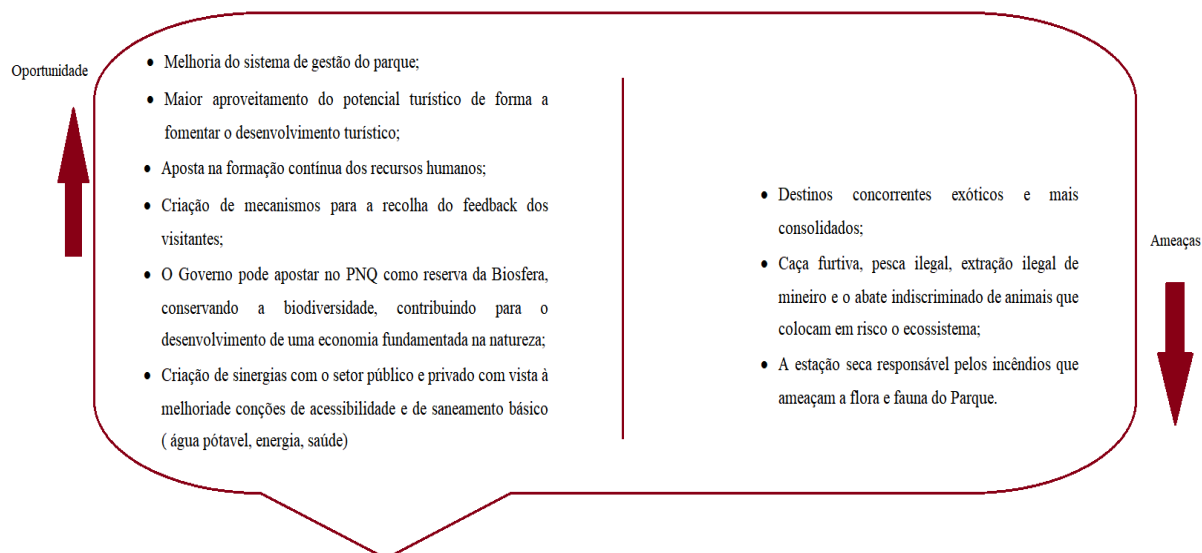
Análise SWOT em termos de ecoturismo no Parque Nacional da Quiçama

Figura 16: Análise interna



Fonte: Elaboração própria

Figura 17: Análise externa



Fonte: Elaboração própria

Com o propósito de compreender a estratégia de potenciar o aumento alojamento aos turistas e captar a população local, conclui-se que, aumentar novos pacotes ecoturísticos como atividades desportivas radicais, pesca desportiva, parques de campismo, educação ambiental para crianças e o comercio de produtos locais, ajuda no desenvolvimento do parque de modos a arrecadar receitas para dar melhores condições aos turistas e a população residente.

Entretanto, pelas informações recolhidas, o parque tem capacidade de albergar 75 pessoas e existem outros alojamentos privados dentro e ao redor do parque com a capacidade de receber 500 pessoas/ dia.

Na questão de adotar ou potenciar uma estratégia de ecoturismo, no decorrer da investigação e dadas as confirmações dos inquiridos, o parque tem um potencial turístico e precisa de adotar um plano de gestão mais sustentável para a preservação da biodiversidade, e, a busca pela sustentabilidade estrutura-se com a participação da comunidade local, tanto no processo de planeamento como na gestão das práticas ecoturísticas.

Preocupações socioambientais do Parque

Por conseguinte, as medidas sociais e ambientais que se constatarem e devem ser alvo de alguma preocupação, com vista ao desenvolvimento do ecoturismo, são a utilização de energias renováveis, a criação de estações de tratamentos de esgotos, o reaproveitamento das águas, a redução das emissões poluentes e, ainda, o não ateamento de fogueiras ou lançamento de foguetes no período de interdição. Contudo, não devemos esquecer o fato de que a zona é alvo de queimada e, neste sentido, deve-se incutir na população o dever de limpar as matas, pois se estas forem limpas com alguma regularidade, a ocorrência de incêndios florestais diminui radicalmente numa zona tão florestada. Além disso, o município deve apostar na colocação de mais pontos do lixo, bem como, ecopontos, de forma a incentivar a selecionar o lixo e a reduzir a poluição das ruas.

Impacto socioeconómico do Parque para o rendimento local das comunidades

Como referido anteriormente sobre a caracterização económica da população e com análise do inquérito, deu para constatar que o parque não tem grande impacto no rendimento das comunidades, sendo que, as comunidades locais sobrevivem com o que podem retirar da natureza, ou seja, pesca, agricultura e caça, por isso as razões de fixação dos residentes locais. A agricultura passou a ser a atividade principal e isso choca marcadamente com os interesses do parque.

Em termos económicos, o ecoturismo tem um grande impacto para o rendimento local, Western afirma que o ecoturismo gera receitas expressivas e se configura como a opção atraente para os países em desenvolvimento. Segundo o autor, “a renda proveniente do turismo, gerada a partir da extensa rede de área de conservação da África oriental, representa a maior fonte de rendimento da região”. A importância económica do turista representa um bom percentual no PIB de alguns países, que promovem o desenvolvimento de políticas para a atividade (Western, 2004).

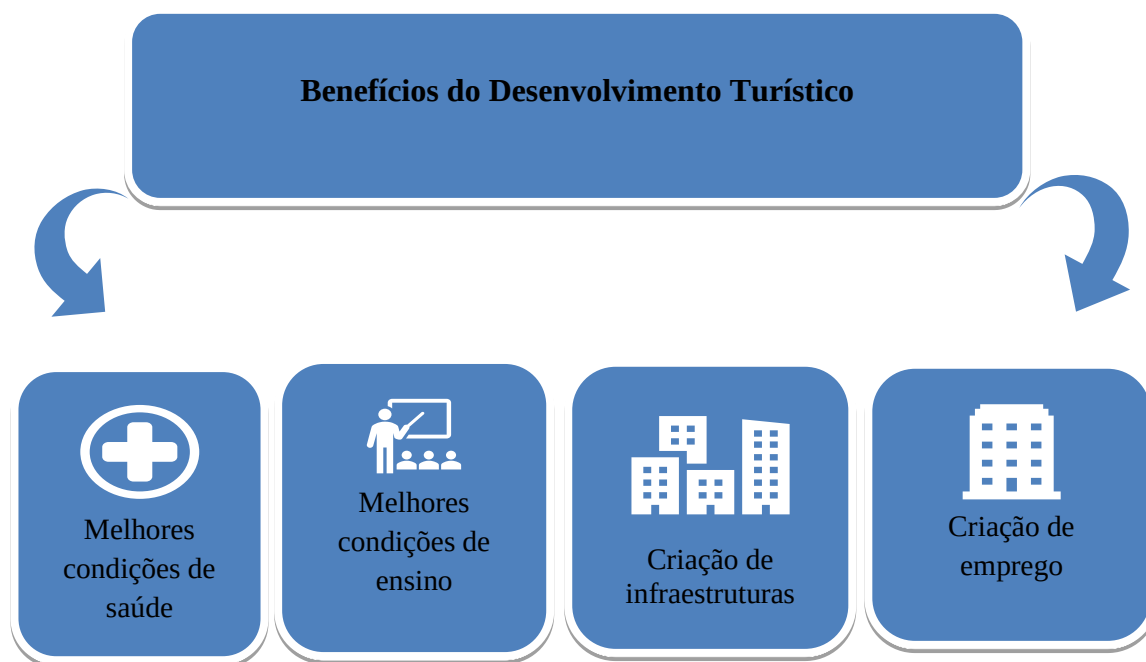
Um dos pilares do ecoturismo é a promoção do bem-estar das populações envolvidas. Este “bem-estar”, no entanto, não se deve resumir à geração de emprego e renda. A melhoria da qualidade de vida da população envolve também a sua participação ativa no processo de desenvolvimento do turismo.

O ecoturismo tem potencial de resolver problemas ligados à pobreza e à desigualdade social numa comunidade global em que, segundo dados da (TIES) 130 milhões de pessoas vivem em extrema pobreza e um em cada nove, não têm alimento para que as suas vidas possam ser consideradas dignas, com a adoção de um estilo de vida saudável e ativo (The International Ecotourism Society, 2019).

Em face da análise e interpretação de resultado, apurou-se que, o desenvolvimento do turismo nas áreas protegidas pode contribuir para a redução da pobreza e o aumento das rendas das famílias.

No que concerne aos benefícios, aumenta a qualidade de vida, fornecendo, por exemplo, empregos, como guardas, guias florestais ou na indústria do turismo. Podem também, beneficiar das receitas obtidas pelas autoridades das áreas protegidas, por exemplo, através de taxas de entrada cobradas aos turistas ou de impostos hoteleiros.

Numa perspetiva de sustentabilidade social, ajuda na melhoria dos indicadores, como saúde, educação, transporte, segurança etc.



Fonte: Elaboração própria

Impacto do Parque nacional da Quiçama na vida cotidiana da população local

Concernente ao impacto do parque na vida cotidiana dos residentes locais refere-se o modo como se relacionam os moradores e os gestores do parque. A convivência é tensa, de um lado os moradores que buscam a reprodução de suas práticas culturais, sociais e produtivas, de outro lado, os agentes ambientais em suas ações de fiscalização e de proteção ambiental- o poder público, incorporado no INBAC, enquanto órgão ambiental implementador. Há também outras instituições que atuam neste cenário, como a Administração Municipal da Quiçama e Administração comunal de cabo-Ledo e responsável pela gestão da área a nível de ordenamento do território.

Relativamente ao turismo no parque, a relação estabelecida entre a administração do PNQ e a comunidade produz tensões e conflitos principalmente pela maneira como são conduzidas ações pelo PNQ, os moradores são excluídos ou marginalizados do processo de decisão e gestão do parque, e com perspectiva de adoção de modelos hegemónicos em favor de grupos sociais privilegiados. Pelo menos no curto prazo, o ecoturismo não sobrevive espontaneamente sem a plena participação da comunidade local e o respeito e apoio dos agentes externos na conceção, implementação e difusão de empresas de ecoturismo.

Tal postura pode ser resumida nas condições de Loureiro: sob premissas populares e democráticas, o sentido universalista do que é público, pressuposto para o ambiente ser bem

comum tal como definido em lei, não significa tratar a todos como iguais abstratamente. Isto representa na prática o cumprimento da formalidade jurídico-institucional de um Estado que reduz as desigualdades sociais a diferenças da vida privada (por conseguinte, desloca as questões sociais para a esfera da responsabilidade individual). Exige que as liberdades individuais e políticas se instaurem pela materialização de condições de dignidade humana (relação liberdade-necessidade) ou seja, tratar de modo igual as distintas necessidades e capacidades (Loureiro, 2012).

Relativamente à gerência dos valores arrecadados, foi auferido através o inquérito que são usados para reforçar o orçamento do parque e infinidades de atividades, como, manutenção de viaturas, compras de alimento, etc.

Conclusão

A conclusão da pesquisa apresentada debruça-se em torno das questões que norteiam a estratégia de gestão do Parque da Quiçama, levando em consideração as novas práticas de conservação ecológica no turismo.

Emanando das suas atividades de exploração turística, os parques de conservação devem ser autossustentáveis e eficientes na sua gestão, para que possam gerar ativos atrativos para o investimento estrangeiro em infraestruturas e, conseqüentemente gerar receitas para o apetrechamento de condições turísticas. O investimento no ecoturismo dever-se-á a uma multiplicidade de fatores, que vão propiciar o pleno funcionamento e manutenção do Parque Nacional da Quiçama, tais como:

- A capacidade de gestão cotidiana do parque;
- O plano de conservação dos espaços naturais;
- O modelo de gestão hoteleira e turística;

É evidente, que apenas Decretos-Lei que regulamentam a criação de parque nacional, sua proteção e conservação, bem como a aplicação do regulamento interno do mesmo, não são suficientes para impedir a exploração ilegal destas áreas. São necessários mecanismos de gestão que desenvolvam um diálogo, visando a preservação do parque garantindo o desenvolvimento sustentável da população envolvida. É necessário que haja também uma gestão integrada, possibilitando o uso racional das áreas com potencial turístico, investindo na educação ambiental e criando mecanismos que garantam um desenvolvimento sustentável.

Entretanto, após análises e apresentação a pormenor dos objetivos específicos desta dissertação pode-se chegar as seguintes conclusões:

- Seria interessante a requalificação territorial, escolhendo as melhores áreas de conservação, por formas a permitir a permanência legalmente da população local residente bem como o acesso aos recursos naturais e terras para agricultura, habitação e outras atividades.
- Devido aos graves problemas de gestão, fiscalização, falta do plano de gestão e do ecoturismo no Parque da Quiçama, o impacto socioeconómico que o parque tem na vida da população local não é significativo/ é praticamente nulo.
- A prática do ecoturismo é impulsionada pela vontade de interagir com as comunidades locais, de relaxar e apreciar o sossego da natureza, de aumentar os conhecimentos

relativamente à fauna e flora e, ao mesmo tempo, pelo desejo de aventura, fruição e usufruto dos espaços naturais

- É necessário efetuar algumas intervenções para que a afirmação do ecoturismo no parque seja possível, uma vez que se verifica uma certa carência de atividades e serviços turísticos na região.
- A subsistência de problemas ambientais e sociais na região é uma realidade, pelo que os gestores de ecoturismo precisam trabalhar no sentido de minimizar a ocorrência de certos problemas que ocorrem com alguma frequência no território, nomeadamente as queimadas. Para isso, é importante prevenir os problemas acima mencionados através da implementação das medidas ambientais e sociais referidas nos resultados obtidos para o estudo.
- No parque existe uma grande diversidade de recursos e atrações turísticas de elevado interesse que têm todos os requisitos para funcionar como fator de atração de visitantes.
- Embora o parque possua as condições essenciais para que o usufruto do ecoturismo seja possível na região, a verdade é que não se encontra preparado para tal, a nível de infraestrutura e serviços como em termos de “mentalidade” da própria população local. Por outro lado, os organismos públicos, acreditam que o ecoturismo é um produto com grande potencial no parque, admitindo que possui recursos naturais e culturais de elevado interesse turístico que podem funcionar como principal fator de deslocação de visitantes.

Recomendações

Após análise e apresentação dos resultados, tendo em conta as conclusões desta dissertação, os aspetos de gestão ambiental, humano bem como a conjuntura atual e história do país, pode-se finalmente recomendar o seguinte:

- Colocar os residentes no controle da indústria turística ou, pelo menos, fazer retornar alguns benefícios financeiros da visitação para os operadores locais pode inverter as atuais tendências, oferecendo incentivos diretos para a operação dentro de estruturas reguladoras. Talvez produza uma resposta ativa a curto ou longo prazo e consequentemente uma mudança no planeamento, para o benefício socioambiental e físico.
- Propõem-se, uma gestão mais cuidadosa das terras adjacentes, como um maior envolvimento das comunidades locais na sua gestão diária.
- Requalificação da categoria da área de conservação como via de mitigação de conflitos socioambiental e a inclusão da população na elaboração do plano de gestão, bem como a sua participação nas atividades económicas sustentáveis do parque.
- Existe uma necessidade de pagamento de um imposto para quem usa a área do Parque Nacional da Quiçama, seja para negócios, residência ou de modo recreacional. Estes fundos têm de ser direcionados para a manutenção e para a gestão do parque. Caso não ocorra esta implementação o parque estará a subsidiar essas atividades sem retorno para a sua manutenção.
- Necessidade de maior investimento no parque para aumentar a oferta de emprego diretos e indiretos com a introdução de novos serviços dentro das atividades do ecoturismo.
- A criação de locais com interesse histórico e cultural como: Museu para exposição de recursos naturais, Biblioteca, casa Municipal da cultura, para promover ou divulgar o património ambiental da Quiçama.
- No ponto de vista social, centro de atividades ocupacionais, creche, jardim- de infância, infraestrutura para o desporto, um espaço verde para lazer, campo de ténis.
- Para uma base de sustentabilidade ambiental, o parque deve recorrer a utilização de recursos renováveis, por exemplo, painéis solares para iluminação dos caminhos públicos e das águas sanitárias, bem como a utilização de equipamentos de baixo

consumo. A utilização dos geradores elétricos além de trazer custos elevadíssimos de manutenção, contribuí para a poluição atmosférica.

- A preferência por produtos regionais e nacionais de forma a reduzir as emissões de CO₂ com o transporte, dentro no seu plano ambiental, fazer parte a gestão de resíduos, que contempla a redução de bens de consumo embalados e a reutilização ao máximo da mesma embalagem, apostando em dar um novo ciclo de vida, aos resíduos que iam para aterro. A utilização de mobiliário exterior de plástico, mesas, cadeiras, espreguiçadores, placas sinaléticas, etc.
- Que o Ministério do Ambiente através do Instituto Nacional da Biodiversidade e Áreas de Conservação elabore e implemente uma política de integração social das comunidades que vivem no interior e aos redores das áreas de conservação nas atividades com pendor ambiental, económico e social sem descorar sua cultura e língua local.
- Devido ao número reduzido de trabalhadores no Parque, que se busque uma via de implantação de uma verba permanente e anual dentro do Orçamento Geral do Estado para as áreas de conservação.

Referências bibliográficas

- Almeida, P. (2004). A gestão da animação turística como sustentação do aumento das taxas de ocupação. *Revista Turismo & Desenvolvimento*.
- Androniceanu & Tvaronavičienė. (2019). *Social Responsibility, an Essential Strategic Option for a Sustainable Development in the Field of Bio-Economy*.
- Arecth Solutions. (2014) *Diagnóstico da situação Atual do Parque Nacional da Quiçama- República de Angola*. Julho.
- Barkauskiene, K., & Snieska, V. (2013). Ecotourism as an integral part of sustainable tourism development. *Economics and management*.
- Brasil (1994). *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Brasília. Embratur.
- Cabral, J. & Crawford, H. (1989). *O Parque nacional da quiçama*. Lisboa.
- Cooper, C., Fletcher, J., Fyall, A., Gilbert, D. & Wanhill, S. (1993). *Turismo Princípios e Práticas*. 3ª ed. São Paulo: Bookman.
- Dall` Agnol, S. (2012). *Impactos do turismo x comunidade local: Anais do VII seminário de pesquisa em turismo do Mercosul*. Universidade de caxias do sul. Rio grande do sul.
- República de Angola. (2018) “Decreto Presidencial nº258/18 de 13 de Novembro. - Parque da Quiçama.” I SÉRIE -N.º 170 (Novembro): 5187-92. <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/ang182978.pdf>
- República de Angola. (2020) “Lei 8/20 de 16 de Abril - Lei das Áreas de Conservação Ambientais.” Diário da República 1ª série, 50 (Abril): 2569-70. https://www.cmc.ao/sites/main/pt/Lists/CMC%20%20PublicaesFicheiros/Attachments/1531/Lei%20n.%C2%BA%209-20_1604_Altera%20o%20artigo%20415.%C2%BA%20do%20C%C3%B3digo%20dos%20Valores%20Mobili%C3%A1rios.pdf
- Diniz, C. (1998). Angola: *O meio físico e potencialidades agrárias*. Instituto da Cooperação Portuguesa; 189 pp.
- Drumm, A. & Moore, A. (2003). *Desenvolvimento do ecoturismo: Um manual para planeadores e gestores de conservação*. Virgínia, USA.
- Ferretti, E.R. (2002). *Turismo e Meio Ambiente*. 1 ed. São Paulo: E. R. LTDA.

- Fortin, M. (2009). *O Processo de Investigação – da conceção à realização*. 5ª edição. Loures: Lusociência.
- Fundtur- Ms. (2017). *Fundação de turismo de mato grosso do sul*. Brasil.
- Gomes, M., F. & Gonçalves, J. (2020). *O ecoturismo e a Planificação da Gestão Ambiental no Desenvolvimento de estratégias em áreas Naturais protegidas*. Angola.
- Grossweller e Mendonça, A. (1939). *Carta Fitogeográfica de Angola*. Governor-geral de Angola.
- Groom, R., Elizalde, D., Elizalde, S., Sá, S., Alexandre, G. (2018). *Quiçama National Park*, Angola. A large and medium sized mammals survey. INBAC/RWCP
- Horsten, F. (1982). *Documentos sobre os Parques Nacionais e as Outras Zonas de proteção da Natureza de Angola*. Luanda. Angola.
- Huntley B.J. (2017). *Wildlife at war in Angola*. Protea Book House. Pretoria.
- Huntley, B.J. & Russo, V. (2019). *Biodiversity of Angola*. Angola.
- Huntley, B.J. & Coelho, P. (2011). *Avaliação rápida da biodiversidade da região da Lagoa de Carumbo/Rapid biodiversity assessment of the Carumbo Lagoon Area*. Luanda, Angola.
- Huntley, B.J. (1974). *Prioridade de conservação dos ecossistemas de Angola. Repartição técnica da Fauna*. Luanda, Angola.
- Huntley B.J, (1972). *Report on proposed routing of new national highway through Parque Nacional da Quiçama. Report no.4*. Repartição Técnica da Fauna; Serviços de Veterinária, Angola – Mimeograph report. Angola.
- Idáñez, M., J., Aguilar & Ander, E. (2007). *Diagnóstico social: conceptos y metodologia*. 3ªed.revista e ampliada. Rede Europeia Anti-pobreza: Portugal.
- Internacional Monetary Fund [FMI] (2021). *World Economic Outlook Update – abril*. USA: FMI.
- Instituto Nacional de Estatística [INE]. (2016). *Censo- Resultados preliminares recenseamento geral da população e habitação de Angola*. Angola: INE
- Instituto Nacional de Estatística [INE]. (2014). *Censo- Resultados preliminares recenseamento geral da população e habitação de Angola*. Angola.
- IUCN (1993). Angola. *Environmental Synopsis*.1–27.
- Jornal de Angola. (2021). *País terá Fundo da Cultura, Turismo e Ambiente*. Obtido em 12 de Janeiro de 2022, de Política. <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/pais-tera-fundo-da-cultura-Turismo-e-ambiente/Jornal de Angola>.

- Jhu, CSSE (2022). *Plano diretor do turismo em Angola*. Angola
- Kock, F., Astrid N., Alexander, J., George, A. & Mike, T. (2020). Entendendo a psique turística do COVID-19: O Paradigma Evolutivo do Turismo. *Annals of Tourism Research*. 85: 13-19.
- Loureiro, B. (2012). Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. *Gestão em Ação, Salvador*, 7(1): p.1-16
- Luís, R. (2006). *A Gestão de Terreno no Município da Quiçama*, (Trabalho não publicado).
- Lipset, M. (1985). *Consenso e Conflito*. Gradiva, Lisboa.
- Lusa. (2022). *Economia angolana cresceu 0,8% no terceiro trimestre de 2021*. Obtido em 18 de Janeiro de 2022, de RTP Notícias: https://www.rtp.pt/noticias/economia/economia-angolana-creseu-08-no-terceiro-trimestre-de-2021_n1377523
- Malebo, M. M. (2018). *Diversificação da economia angolana e o potencial das alternativas energéticas*. (Tese de Doutoramento). Universidade Fernando Pessoa. Porto. https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/8034/1/DM_Mariano%20Malebo.pdf
- Marconi, M. & Lakatos, E. (2004). *Metodologia científica*. 5ª ed. São Paulo: atlas
- Marconi, M. & Lakatos, E. (2010). *Fundamentos da metodologia científica*. 7ª ed. São Paulo: atlas
- Mieczkowski, Z. (1995). *Environmental issues of tourism and recreation*. University Press of America, Inc. Lantarn, Maryland.
- MINAMB (2020). *Plano de gestão do parque nacional da quiçama*. Luanda. Angola
- MINAMB (2019). *Projeto de estratégia nacional e Plano de ação da biodiversidade*. Luanda. Angola.
- Ministério da Hotelaria e Turismo (2013). *Plano Diretor do Turismo de Angola – Estratégia Nacional, Ações e Metas 2011 – 2020*. Angola: Ministério da Hotelaria e Turismo.
- Ministério do Ambiente (2015). *Brochura dos Parques Nacionais de Angola*. Angola.
- MINAMB (2014). *Relatório sobre a Biodiversidade em Angola*. Luanda.
- MINUA (2006). *Relatório do estado geral do ambiente em Angola*. Luanda.
- MINUA (2004). *Parques Nacionais de Angola: Diagnóstico e perspectivas*. Luanda. (Documento não publicado).

Pereira, A. S. et al. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. 1ª ed. Universidade Federal de Santa Maria.

Phillips, A. (1998). *Economic Values of Protected Areas*. Guidelines for Protected Area Managers. Task Force on Economic Benefits of Protected Areas of the World Commission on Protected Areas (WCPA) of IUCN.

Programa das Nações Unidas. (2020). *Covid-19 and Human Development Assessing the Crises, envisioning the recovery*. Human Development Perspectives.

Quivy, R. & Campenhout, L. Van. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva.

Sem, A. (2010). *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo. Companhia das Letras.

Simonsen, F. M. (2013). *Relação entre planeamento territorial e a proteção ambiental* (Dissertação). Coimbra: Universidade Coimbra.

Tahiri, A. & Kovaci, I. (2017). *The theory of sustainable Tourism Development*. Academic.

Teixeira, J. et al. (1967). *Parque nacional da quiçama: Carta da vegetação e memória descritiva*. Nova Lisboa.

Tutelman, Perri R. & Webster, Fiona. (2020). *Qualitative research and pain: Current controversies and future directions*. Diário canadense da dor: London.

Trading Economic. (2021). *Taxa de Desemprego*. Lista de Países. (tradingeconomic.com)

TRIGO, L. G. G. (2003). *Entretenimento: uma crítica aberta*. São Paulo: Senac.

UCA (2020). *Covid-19. Impactos económicos e sociais em Angola*, Abril.

Wearing, Stephen & Neil, John. (2001). *Ecoturismo: Impactos, Potencialidades e Possibilidades*. 1ª ed. Ed manole Ltda.

Wearing, Stephen & Neil, John. (2014). *Ecoturismo: Impactos, Potencialidades e Possibilidades*. 2ª ed. Barueri, SP. Manole.

Western, D. (2014). *Como definir o ecoturismo*. In: LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. Org.). *Ecoturismo: um guia para planeamento e gestão*. Tradução de Leila Cristina de M. Darin. 5. ed. São Paulo: Ed. Senac, v5

World Bank (2020). *World economic prospect*, June. USA: World Bank.

World Tourism Organization [UNWTO] (2021). *Barómetro do Turismo Mundial-março*. Madrid: WTO.

World Travel & Tourism Council [WTTC] (2021). *Angola-2021 Annual research: key highlights*. Madrid: WTTC.

Apêndice

Questionário aplicado aos responsáveis pela gestão do Parque Nacional da Quiçama

Estou a solicitar a sua participação para um estudo no âmbito de uma dissertação de Mestrado, e para o seu sucesso peço a sua colaboração. O seu preenchimento é muito simples e rápido. Grato

1. Quanto o Parque arrecadou em valores monetário no ano de 2021? Qual o valor médio dos últimos 5 anos?

O Parque arrecada em média mensal 60.000 Kz o que perfaz 600.000 Kz anuais.

2. Os valores arrecadados pela visita ao Parque, servem ou são usados para manter o funcionamento do Parque Nacional da Quiçama? Se sim, onde e como são empregues?

Os valores arrecadados servem para reforçar o orçamento do parque para infinidades de atividades, nomeadamente, manutenção de viaturas, compras de alimentos, etc.

3. Quantas aldeias existem no Parque? Qual o número total de pessoas e qual o seu meio de subsistência?

No parque existem a volta de 12 comunidades perfazendo a volta de 25 000 mil habitantes, residindo no seu interior e tem como principais atividades de subsistência a agricultura, o turismo e a pesca.

4. A base militar dentro do parque beneficia de alguma forma o Parque? Como?

Sim. Existe acordo de parceria com a Base de Treinamento de militares especiais pelo que a mesma ajuda na formação dos fiscais, equipamento de combate aos caçadores furtivos bem como na ração alimentar fria para as missões de observação e dissuasão furtiva dentro e fora do parque. Porém o parque fornece a base área de instalação, segurança territorial, e etc.

5. Quantos quartos estão disponíveis para alojar turista no interior do Parque?

Existem 25 bungalow (alojamentos) instalado na sede principal do parque que pode albergar a volta de 75 pessoas, porém existem outros alojamentos privados dentro e a volta do parque

com uma capacidade de mais de 500 pessoal/dia. Estas instalações privadas ainda não pagam algum imposto ao parque, pelo que se trabalha na implementação desta arrecadação.

6. Está atualizado o guia informativo sobre o Parque?

Sim. O Instituto Nacional da Biodiversidade e Conservação – INBC todos os anos faz a atualização da cartilha do turista de todos os Parques Nacionais, pelo que este ano foi feito para o Parque Nacional da Quiçama.

7. O Restaurante do Parque funciona normalmente? Qual a sua disponibilidade em termos de número de refeições servida por cada período?

O Restaurante funciona principalmente aos fins-de-semana que é o período com mais turista no parque. Servem o pequeno-almoço e almoço. Quanto ao jantar normalmente os visitantes fazem churrasco em grupo ou sopa a moda angolana.

8. Quanto custa a entrada e a estadia de uma noite no interior do Parque?

A entrada é paga por tipo de viaturas que vai de 1.000 Kz a 5.000 Kz de uma viatura particular a um autocarro.

9. Quais são os pacotes ecoturísticos que o Parque oferece?

O parque oferece visita de safari, visita fotográfica, caminhadas, navegação no rio kwanza bem como observação de paisagem entre outros atrativos.

10. Em sua opinião, pode-se aumentar os pacotes ecoturísticos no Parque?

Sim. Efetivamente, o parque tem uma longa costa que se pode aproveitar para fazer atividades de desportos radicais, pesca desportiva, educação ambiental para crianças e comércio de produtos locais.

11. Se aumentar o desenvolvimento turístico, acredita que isso poderá beneficiar a população local residente? De que forma prevê que isso possa acontecer?

Sim. Um dos grandes problemas dos parques hoje é a condição de indigente das comunidades locais que sobrevivem com o que podem retirar da natureza, agricultura, caça e pesca. Introduzindo o ecoturismo as mesmas podem rapidamente adaptar-se e começar a experimentar rendimentos mais sustentáveis.

12. Existe energia elétrica no interior do Parque? Qual a alternativa?

Não existem energia da rede, porém faz-se alternativa a energia de geradores elétricos.

13. Como é feito o abastecimento de água no Parque?

O abastecimento de água é feito através de captação direta no rio Cuanza, sem tratamento da mesma. A água potável é comprada em garrafas plásticas.

14. Uma vez que há habitantes no interior do parque, o que é feito dos esgotos dessas casas?

Os habitantes utilizam as foças sépticas individuais. Não existem uma rede de esgoto no interior do parque. Há projeto de levar a rede condómina de esgotos.

15. Quantas pessoas residentes no parque trabalham no mesmo? Quais as suas funções?

Além dos fiscais, todos os demais funcionários são residentes do parque. Evita-se o recrutamento de fiscais locais para diminuir a convivência de caça furtiva.

16. Em sua opinião, o que pode ser feito para se desenvolver o Parque numa perspectiva de sustentabilidade ambiental, cultural e turístico?

O Parque Nacional da Quiçama tem a mesma extensão do Município da Quiçama, concorrendo assim com interesses de gestão do território da administração da Quiçama. O primeiro passo seria uma requalificação territorial, escolhendo as melhores áreas de conservação. Segundo seria a introdução de conceitos ambientais e turístico, para o desenvolvimento da atividade económica sustentável. Terceiro seria a introdução de pacotes ecoturístico, exclusivo da população local para aumentar sua renda. Quarto seria o envolvimento de todos, num conceito de sustentabilidade ambiental e económica. Quinto seria o desenvolvimento conjunto com a administração governativa de políticas sociais amiga do ambiente e economicamente sustentáveis.

Muito obrigada pela atenção e pela ajuda